

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

**O TÉRMINO DO CASAMENTO:
o luto feminino decorrente da separação**

VANESSA GEROSA DA SILVA RANGEL

RECIFE/2008

VANESSA GEROSA DA SILVA RANGEL

**O TÉRMINO DO CASAMENTO:
o luto feminino decorrente da separação**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), inserida na linha de pesquisa Família e Interação Social, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof^ª Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias

R196t

Rangel, Vanessa Gerosa da Silva

O término do casamento : o luto feminino decorrente da separação / Vanessa Gerosa da Silva Rangel ; orientador Cristina Maria de Souza Brito Dias, 2008.

112 f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação. Mestrado em Psicologia Clínica, 2008.

1. Luto - Aspectos psicológicos. 2. Perda (Psicologia). 3. Relações homem-mulher. 4. Separação (Psicologia). 5. Casamento. I. Título

CDU 159.942.2

VANESSA GEROSA DA SILVA RANGEL

**O TÉRMINO DO CASAMENTO:
o luto feminino decorrente da separação**

Dissertação apresentada à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia Clínica (Família e Interação Social).

BANCA EXAMINADORA

Profª Dra. Cristina Maria de Souza Brito Dias - Universidade Católica de Pernambuco

Profª Dra. Maria do Carmo de Almeida Prado – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Profª Dra. Maria Cristina de Almeida Amazonas - Universidade Católica de Pernambuco

RECIFE/2008

DEDICATÓRIA

Dedico

Aos meus pais, que sempre me apoiaram;

À minha irmã, que é minha grande amiga;

Ao meu marido, que é meu grande companheiro.

AGRADECIMENTOS

Ψ Inicialmente, agradeço a DEUS por iluminar os meus caminhos;

Ψ Aos meus pais *Antônio Batista de Menezes Silva* e *Corina Gerosa da Silva*, por tudo que fizeram por mim ao longo da minha caminhada;

Ψ À minha irmã *Aline Gerosa da Silva Lacerda*, pelas mãos estendidas em tantos momentos;

Ψ Ao meu marido *Fábio de Barros Rangel*, pelo incentivo e pela crença no meu potencial;

Ψ À minha orientadora *Cristina Maria de Souza Brito Dias*, não somente pelos esclarecimentos, mas também pelo acolhimento;

Ψ Às professoras *Maria Cristina de Almeida Amazonas* e *Maria do Carmo de Almeida Prado*, por apontarem os equívocos desta pesquisa;

Ψ À minha prima *Paula*, por ter contribuído com seus conhecimentos de inglês para a conclusão deste trabalho;

Ψ À amiga *Juliana*, pelas sugestões, pela compreensão e pelo apoio;

Ψ Às *mulheres que participaram desta pesquisa*, pela vontade em colaborar, não hesitando em falar de momentos dolorosos.

“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida...”

(Vinícius de Moraes)

RESUMO

Até sua entrada no mercado de trabalho, a identidade da mulher foi construída somente através do casamento, de modo que ela faz ainda um grande investimento na vida afetiva e familiar. Em função disso, esta pesquisa objetivou investigar o processo de luto vivenciado pelas mulheres em decorrência do término de suas uniões amorosas, sejam elas oficiais ou consensuais. Para realização deste estudo, foram entrevistadas oito mulheres separadas que não haviam vivenciado a experiência de um novo casamento. A faixa etária das participantes variou entre 38 e 66 anos, sendo a média de idade de 49 anos. Elas pertenciam às camadas médias da população e residiam em duas grandes capitais: Recife e Rio de Janeiro. Todas as entrevistadas tinham filhos com os ex-parceiros. Com o seu consentimento, as entrevistas foram gravadas e transcritas. Considerando a Análise Temática, as respostas foram categorizadas por temas, formando categorias de análise. Os dados indicam que, independentemente de quem deixa e quem é deixado, podem surgir logo após a separação vários sentimentos: euforia, alívio, tranqüilidade, sensação de liberdade, atordoamento, medo, raiva, tristeza, sentimento, sentimento de abandono. Quanto aos sentimentos atuais relacionados à separação, algumas entrevistadas aceitaram o término do casamento. Por outro lado, alguns relatos apontaram para a dificuldade de elaborar a perda, não do parceiro propriamente dito, mas do casamento. A maioria das participantes atribuiu a vários fatores o término do casamento. Entre estes fatores, podemos citar: a infidelidade masculina; as diferenças de classe social, de educação e de interesses; e o fato de algumas entrevistadas terem exercido o papel de provedoras durante o casamento. Analisando como se deu o processo de reconstrução da identidade individual nas participantes, verificamos que a separação é uma oportunidade de estabelecer novos projetos existenciais e de recuperar aspectos de si mesmo. Quanto à relação com os ex-parceiros, o relato de uma das participantes confirmou a possibilidade de o vínculo amoroso transformar-se em amizade. Os demais relatos, porém, demonstraram que tal situação não corresponde freqüentemente à realidade. A maioria das participantes reconheceu que contribuiu de alguma forma para a separação. Esperamos que este trabalho acadêmico contribua para a investigação do luto feminino decorrente da separação amorosa, propiciando reflexões e sendo um reforço para bibliografia atual sobre o tema.

Palavras-chave: perda, feminino, relações conjugais.

ABSTRACT

Until women started growing on the job market her identity was built only throughout the marriage, increasing her investment in family and love life. Because of that, this research focused on investigating the process of grief lived by women when their love relationship end either by consensus or official. For this study eight divorced women that haven't had experienced remarriage were interviewed. Their age range was between 38 and 66 with a medium age of 49 years old. They were from middle class and lived in two big capitals Recife and Rio de Janeiro. All the interviewed had kids with their ex partners. With their consent the interviews were recorded. Taking in consideration the Thematic Analysis, their responses were categorized in themes building the categories. Data indicates that independent of dumper or dumped, different feelings can appear after a separation: freedom, tranquility, rejection, fear, angry, sadness, etc. Some of the interviewed accepted the end of the marriage but on the other side, some pointed to the difficult dealing with the lost, not just of the partner but the marriage by itself. Most of the participants related the end of marriage to different facts, among them are the men infidelity, social class differences, education and interests and the fact that some of the interviewed were providers during the marriage. Analyzing how the individual identity reconstruction process happened among the participants was verified that separation was an opportunity to establish new projects and recover self aspects. As for the relationship with ex-partners, one of the participants confirmed the possibility of love relationship be transformed into friendship. All the others agree that this situation does not correspond to reality. We hope that this academic work contributes to the investigation of the feminine grief due to love separation, incentivizing reflections and reinforcing the actual bibliography about this subject.

Keywords: lost, feminine, marital relationship

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1.O PAPEL SOCIAL DA MULHER: DO PERÍODO COLONIAL AOS DIAS ATUAIS	13
2.A CRISE DO CASAMENTO CONTEMPORÂNEO: CAUSAS POSSÍVEIS.....	30
3.O LUTO DECORRENTE DA SEPARAÇÃO.....	45
4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO	66
4.1. Objetivos.....	66
4.1.1.Geral	66
4.1.2. Específicos.....	66
4.2. Metodologia.....	66
4.2.1. Participantes	66
4.2.2. Instrumentos	68
4.2.3. Procedimento de coleta de dados.....	69
4.2.4. Procedimento de análise de dados	69
5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	70
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	104
ANEXOS.....	109
ANEXO I: Dados sócio-demográficos e roteiro da entrevista.....	110
ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido.....	111

INTRODUÇÃO

Não há como evitar que a vida humana seja permeada de experiências de perda e de separação. Tais experiências acompanham o desenvolvimento do homem desde seu nascimento, apresentando diversas versões ao longo de sua vida, como por exemplo, a morte de entes queridos, a saída dos filhos da casa paterna e a aposentadoria. Todas essas situações de perda levam a um luto que precisa ser elaborado. O único luto que a sociedade reconhece, porém, é aquele decorrente da separação definitiva, ou seja, da morte.

Na literatura nacional e estrangeira, notamos que freqüentemente o luto é associado à perda decorrente da morte, sendo escassas as informações sobre os processos de luto vivenciados em decorrência de outras perdas. Casellato (2005) ressalta que o luto não reconhecido é um conceito a ser explorado, uma vez que não há reconhecimento social para muitas situações de perda. Um exemplo desse tipo de luto é aquele decorrente da separação amorosa. Apesar do alto índice de separações, a literatura não aborda com freqüência os sentimentos e os pensamentos da pessoa separada, limitando-se às causas e às conseqüências do processo de dissolução da conjugalidade. Féres-Carneiro (2003) afirma que são raras as pesquisas que enfatizam, além das condições sociais, os fatores psicológicos envolvidos no processo de separação.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, investigar o processo de luto vivenciado pelas mulheres em decorrência do término de suas uniões amorosas, sejam elas oficiais ou consensuais. A opção pela mulher como objeto de estudo deve-se ao papel social que lhe foi atribuído pela história. Ao longo dos séculos, a identidade da mulher foi construída através do casamento, de maneira que ela faz ainda um grande investimento na vida afetiva e familiar. Sendo o processo de luto um desinvestimento de energia, podemos imaginar o quanto esse

luto, decorrente do rompimento de uma união amorosa, é penoso para a mulher que tanto investe no casamento e na família. Segundo Kovács (1992), o processo de luto diz respeito ao rompimento de um vínculo, de um investimento afetivo. Então, quanto maior for esse investimento, mais doloroso será para o enlutado conseguir desligar-se do objeto perdido.

Para Féres-Carneiro (2003), a importância atribuída ao casamento é tão grande que os cônjuges não aceitam que o outro não corresponda às suas expectativas. Levando em consideração o pensamento da autora, podemos pensar que os dados estatísticos confirmam as altas expectativas das mulheres em relação ao casamento. De acordo com os dados do IBGE (1996), 71% das separações judiciais não consensuais, encerradas em primeira instância, foram requeridas pelas mulheres. O desejo de separação é, portanto, predominantemente feminino.

Por esse motivo, um trabalho acadêmico que aborde o luto feminino decorrente da separação amorosa tem uma grande relevância para a Psicologia Clínica, pois pode municiar os profissionais dessa área de atuação com informações a respeito de um processo bastante freqüente na contemporaneidade. Para muitas mulheres, a separação amorosa é uma experiência de perda muito estressante, de modo que os profissionais da área clínica devem estar preparados para lidar com essa situação a qualquer momento.

Esta pesquisa está organizada em seis capítulos. No primeiro, abordamos o papel social da mulher do período colonial aos dias atuais, deixando claro que a história da mulher coincidiu com a história do casamento até sua entrada no mercado de trabalho. No segundo, discorreremos sobre os fatores que a literatura aponta como as possíveis causas do alto índice de separações. No terceiro, tratamos de alguns aspectos psicológicos do processo de dissolução da conjugalidade, como por exemplo, os sentimentos da pessoa separada, a reconstrução da sua identidade individual e a sua relação com o ex-parceiro. No quarto, especificamos os objetivos e a metodologia de estudo. No quinto, apresentamos e discutimos os resultados. No

sexto, elaboramos as considerações finais, que sintetizam os achados da pesquisa realizada, e trazemos apontamentos e reflexões.

1. O PAPEL SOCIAL DA MULHER: DO PERÍODO COLONIAL AOS DIAS ATUAIS

A história da mulher no Brasil, assim como em outras partes do mundo, está intimamente ligada à história do casamento. Observando a mulher ao longo dos séculos, podemos constatar que sua identidade era construída através do casamento, sendo este, na maioria das vezes, a única razão da sua existência. A partir do casamento, a mulher cumpria sua função social, ou seja, cuidava da casa e dos filhos, ficando sua vida restrita ao mundo privado.

A permanência da mulher nesse mundo era entendida como um ideal. No Brasil Colônia, a Igreja pregava a inferioridade das mulheres em relação aos homens, de maneira que elas deviam se submeter à autoridade do pai, do irmão, do marido. Por partilharem da essência de Eva, primeira fêmea que levou Adão ao pecado, as mulheres tinham de ser permanentemente controladas. Por essa razão, elas viviam confinadas, saindo somente aos domingos para ir à Igreja (ARAÚJO, 2006).

Em virtude desse confinamento, podemos observar nas atividades femininas desse período “a superposição de funções atinentes ao lazer com as do serviço doméstico” (COSTA, 2004a, p. 81). A obrigação do cotidiano mesclava-se com a diversão, sendo difícil percebermos onde terminava uma e começava a outra. Essa superposição existia em todas as classes sociais, uma vez que as mulheres podiam executar somente tarefas domésticas. Enquanto era permitido ao homem desfrutar os seus momentos de lazer na rua, à mulher restavam momentos de diversão na zona de serviço da casa, entre um afazer e outro (COSTA, 2004a).

A educação da mulher era direcionada para as atividades domésticas. No período colonial, muitas mulheres de bom nível social não sabiam sequer ler e escrever. Segundo

Freyre (2006, p. 428), “o livrinho de missa nem sempre se sabia ler.” E aquelas que podiam ler o tal livrinho ficavam limitadas às primeiras letras, pois recebiam o mínimo de instrução. Em casa ou em recolhimentos, as mulheres aprendiam somente o que era necessário para administração do futuro lar: ler, escrever, contar, coser e bordar. Conforme o projeto educacional do grande bispo Azeredo Coutinho (*in* ARAÚJO, 2006), elaborado para dois recolhimentos em Pernambuco, o “instinto feminino” das meninas era aguçado, tornando-as hábeis na arte de prender com sutileza seus maridos e filhos.

Levando em consideração que a educação feminina visava à realização da mulher através do casamento, podemos concluir que não casar era um insucesso. Nesse período, as mulheres casavam-se muito cedo, sendo motivo de preocupação aquelas que ainda estavam solteiras aos quinze anos. Freyre (2006, p. 429) comenta sobre a apreensão dos pais em relação às filhas que ainda não se tinham casado, tendo registrado que “com filha solteira de quinze anos dentro de casa já começavam os pais a se inquietar e a fazer promessa a Santo Antônio ou São João. Antes dos vinte anos, estava a moça solteirona. O que hoje é fruto verde, naqueles dias tinha-se medo que apodrecesse de maduro.”

Ainda segundo Freyre, era comum que meninas de treze anos se casassem com homens dez, quinze, vinte anos mais velhos, escolhidos de acordo com a conveniência de seus pais. Muitas vezes, os noivos eram completamente desconhecidos das meninas, tendo o autor (2006, p. 425) ressaltado que o objetivo do casamento era “impedir a dispersão dos bens e conservar a limpeza do sangue de origem nobre ou ilustre.” Por essa razão, permitia-se que tios se casassem com sobrinhas, apertando “os laços de solidariedade de família em torno do patriarca”.

A festa de casamento era um dos maiores eventos da sociedade patriarcal, podendo durar seis, sete dias. Além da encenação da captura da noiva pelo noivo, Freyre (2006, p. 432) relata que

Preparava-se com esmero a “cama dos noivos” – fronhas, colchas, lençóis, tudo bordado a capricho, em geral, por mãos de freiras; e exposto no dia do casamento aos olhos dos convidados. Matavam-se bois, porcos, perus. (...) Os convivas eram em tal número que nos engenhos era preciso levantar barracões para acomodá-los. Danças européias na casa grande. Samba africano no terreiro. Negros alforriados em sinal de regozijo. Outros dados à noiva de presente ou de dote: “tantos pretos”, “tantos moleques”, uma “cabrinha”.

Depois do casamento, restava à noiva uma vida de confinamento com muitos filhos, o que a levava ao envelhecimento precoce, fato que tanto impressionava os viajantes estrangeiros. Ainda conforme Freyre (2006), muitas jovens esposas morriam de parto logo depois de casadas. Quando a morte não ocorria, ficavam matronas muito rapidamente, atingindo a completa maturidade por volta dos dezoito anos. Transformavam-se em senhoras, de modo que os estrangeiros, que nos visitaram durante o período da escravidão, não deixavam de notar que, aos vinte anos, elas entravam em decadência.

A beleza física ameaçava o ideal de amor domesticado, difundido pela Igreja, que pregava que a mulher deveria ser virtuosa, honrada e discreta. O discurso religioso condenava o amor-paixão, afirmando que o mesmo era maligno e profano; defendia que os cônjuges deveriam unir-se para procriar e, ainda, deveriam lutar contra a tentação do adultério. A esposa tinha de ser “provedora e recebedora de um amor que não inspirasse senão a ordem familiar” (PRIORE, 2005, p. 28).

A autora citada registra também que a desfiguração do corpo da mulher estava associada à punição desse mesmo corpo, considerado um perigo que podia conduzir o homem à perdição de sua saúde e de sua alma. Era preciso que a mulher abdicasse da vaidade, da beleza física e de tudo aquilo que valorizasse o sexo. O amor conjugal precisava passar por uma “educação dos sentidos”, caracterizada pela passividade da mulher, a quem o direito de desejo sexual era negado. Enquanto o marido era ativo, cabia à esposa a submissão e a virtude.

Essa educação da sexualidade incluía o fato de que o matrimônio era uma instituição

indissolúvel e monogâmica, de maneira que homens e mulheres tinham de permanecer fiéis aos cônjuges. Nesse aspecto, a Igreja procurava ser justa, defendendo a reciprocidade dos deveres conjugais (PRIORE, 2005). Essa reciprocidade, no entanto, não existia na realidade dos fatos, sendo possível observar na literatura os inúmeros casos de senhores de engenho que se deitavam com suas escravas.

Freyre (2006) relata a ira das muitas sinhás quando descobriam um envolvimento amoroso de seus maridos com alguma negra. Por ciúme, eram capazes de cometer todo tipo de atrocidade, tendo o autor narrado o que elas faziam diante de simples desconfiança

Sinhá-moças que mandavam arrancar os olhos de mucamas bonitas e trazê-los à presença do marido, à hora da sobremesa, dentro da comoteira de doce e boiando em sangue ainda fresco. Baronesas já de idade que por ciúme ou despeito mandavam vender mulatinhas de quinze anos a velhos libertinos. Outras que espatifavam a salto de botina dentaduras de escravas; ou mandavam-lhes cortar os peitos, arrancar as unhas, queimar a cara ou as orelhas. Toda uma série de judiarias. (FREYRE, 2006, p. 421)

Para o supracitado autor, o confinamento das mulheres, sua submissão aos maridos e o fato de estarem sempre cercadas de escravas passivas são fatores que podem ter contribuído para seu sadismo. No período colonial, a sociedade escravocrata e patriarcal reproduzia as relações de dominação. Assim, da mesma forma que as mulheres ficavam sujeitas à tirania de seus maridos, ficavam os escravos sujeitos à tirania de suas senhoras.

Costa (2004a) também tece comentários a respeito do isolamento das mulheres, relatando que elas não apareciam a ninguém, ficando excluídas do convívio com os hóspedes dos maridos ou com os visitantes. Estavam sempre a espiar pelas frestas das portas e pelas treliças das rótulas. A própria arquitetura das casas denunciava o estilo de vida feminino. Conforme já mencionado, as mulheres desfrutavam de seus momentos de ócio em casa e a varanda (lugar de estar) ficava nos fundos, completamente protegida dos olhares vindos da rua.

No Brasil, existia uma cisão entre casa e rua, que era o oposto do que acontecia na

Europa, onde as moradias eram extensões da rua e não havia fronteiras entre a vida privada e a vida social (ARIÈS, 1981). Isso não significa, porém, que havia na família colonial aquele sentimento de intimidade que caracteriza a família moderna. De acordo com Costa (2004a), o funcionamento das moradias e o vestuário das mulheres eram aspectos, entre outros, que denunciavam a ausência desse sentimento.

As mulheres vestiam-se com descaso quando permaneciam em casa, entre amigos íntimos. O viajante Luccock (*in* COSTA, 2004a, p. 90) dizia que as mulheres “vêem-se apenas de camisa, cingida à cintura pelos cordões da saia e com as alças freqüentemente caindo de um dos ombros; não usam meias e raramente põem chinelos ou mesmo os socos de madeira com correias pardas a que chamam de tamancos.”

Freyre (2006) também faz observações sobre os hábitos de vestuário das mulheres, comentando a disparidade que existia entre o traje caseiro e o de cerimônia. Segundo o autor (2006, p. 432), a estrangeira “Maria Graham quase não conheceu no teatro as senhoras que vira na manhã dentro de casa.” Quando estavam somente com o marido e as mucamas eram desmazeladas a ponto de deixarem às vezes os seios de fora.

Em relação às moradias, cabia ao braço escravo mantê-las em pleno funcionamento. Não havia como a casa colonial funcionar sem o fluxo intenso de escravos, os quais prestavam todo tipo de serviço, incluindo aí as tarefas ligadas à higiene dos indivíduos. Podemos notar, então, que a existência de um grande número de negros nas moradias dificultava a formação da intimidade familiar (COSTA, 2004a).

Ainda de acordo com o autor citado, as moradias eram unidades de produção onde se fabricava boa parte dos gêneros alimentícios, dos utensílios domésticos e dos objetos pessoais, cabendo à mulher o papel de supervisionar o trabalho escravo. Dependendo jurídica, afetiva, moral e religiosamente do homem, ela era a mão de obra gratuita que zelava pelo seu patrimônio doméstico e garantia a auto-suficiência da casa, de modo que suas atividades

tinham um valor econômico e seu confinamento tinha uma razão de ser.

Com a industrialização, a casa deixou de ser um local de trabalho e a mulher parou de exercer funções consideradas produtivas, uma vez que passou a existir a concepção econômica de que produtivas eram as atividades exercidas na esfera do trabalho remunerado. Era preciso, então, legitimar de outra forma a permanência da mulher em casa. Com o surgimento da sociedade capitalista, surgiu também uma cultura que valorizava o amor materno como indispensável para o desenvolvimento saudável das crianças. Houve uma redefinição das relações de gênero, tendo Vaitsman (1994, p. 31) registrado que

Desenvolvia-se, assim, a forma moderna de reclusão feminina a um domínio que se tornava doméstico e privado, reelaborando-se as antigas – e também hierárquicas – fronteiras do feminino e masculino em termos de socialização e comportamentos. Nos lugares e entre os grupos sociais onde a família conjugal moderna institucionalizou-se, isto se deu junto à construção de toda uma cultura familiar que enfatizava a privacidade, o amor materno e a criança, fazendo da mulher a própria encarnação de tudo aquilo que a vida privada e familiar passou a significar no plano do imaginário social.

No Brasil, esse ideal de intimidade e privacidade começou a existir no imaginário social a partir do final do século XIX e, na Europa, a partir do século XVIII. Conforme Ariès (1981), a família moderna organizava-se em função da preocupação de defesa contra o mundo, visando à manutenção da intimidade, da discricção e do isolamento. Na modernidade, a família era entendida como um doce refúgio, ficando a mulher incumbida da tarefa de torná-lo o mais acolhedor possível. Jablonski (1998) comenta que a mulher se transformou na “rainha do lar”, afirmando sua importância através de funções pertencentes à esfera afetiva. O autor considera que

Desde a separação, na industrialização, entre a casa e o trabalho, e antes da mulher ingressar em larga escala no mercado de trabalho, as funções femininas no lar foram se restringindo tão somente à esfera da afetividade e ao que se poderia chamar de “funções psicológicas” ligadas ao companheirismo, socialização, formação da personalidade das crianças, etc. (JABLONSKI, 1998, p. 52).

A preocupação das mulheres passou a ser, a partir dessa época, a saúde e a educação das crianças. Toda sua energia era consumida com o objetivo de promover o bem-estar dos filhos, que eram objetos de todos os tipos de investimento: afetivo, econômico, educacional, existencial. No século XIX, os filhos eram “o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte” (PERROT, 1991, p. 146).

A autora citada afirma que a infância começou a ser entendida como um momento privilegiado da vida, ou melhor, a idade fundadora da vida. A criança passou a receber maiores cuidados e atenções, tornando-se objeto de mais amor. É interessante notar que, no final do século XIX, surge a puericultura, que estimulava as mulheres a se ocuparem efetivamente de seus bebês, enfatizando a importância da mãe para o desenvolvimento saudável da criança.

A norma como ideal regulador aparece sob a forma de discurso científico, sendo o poder exercido através de um regime disciplinar (FOUCAULT, 1979). Nesse discurso, proferido pelas ciências humanas, a mulher tinha sua função social claramente definida. Ela era responsável, uma vez mais, pelas tarefas domésticas, ou seja, cuidava da administração da casa e dos filhos. Segundo Vaitsman (1994), o discurso médico contribuiu para a manutenção do Estado patriarcal, dando um caráter “científico” à desigualdade entre os sexos. Dessa forma, construía-se um mundo feminino que era oposto ao mundo público, reconhecido pelo imaginário social e pela ideologia oficial como sendo o masculino.

Em virtude do exposto acima, é importante considerarmos que a norma é um agente que contribui para a criação e a manutenção de padrões de comportamento. Ela influencia as práticas históricas e sociais, tendo Foucault (1979, p. 180) considerado que

Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade. (...) Afinal, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a desempenhar tarefas e destinados a um certo modo de viver ou morrer em função dos discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.

A partir das palavras de Foucault (1979), podemos pensar que a normalização do comportamento da mulher, atribuindo à sua natureza qualidades supostamente femininas, foi um instrumento de que a sociedade patriarcal se utilizou para manter a hierarquia das relações de gênero. A dependência afetiva e econômica da mulher em relação ao homem foi mantida, uma vez que ela podia construir sua identidade somente através do papel de esposa e mãe.

Para Priore (2005), enquanto o homem era o provedor, dominando o espaço público, a mulher ficava circunscrita ao espaço privado, de maneira que lhe era atribuída maior responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da vida em família. Apesar da felicidade do casal ser avaliada pelo bem-estar do marido, ela dependia de certas características consideradas femininas, como por exemplo, a paciência, o espírito de sacrifício e a capacidade para sobrepor os interesses familiares aos interesses pessoais.

Beauvoir (1980), em seu livro “O Segundo Sexo”, diz que embora homens e mulheres sejam necessários uns aos outros, essa situação nunca gerou nenhuma reciprocidade. A autora (1980, p. 166) refere-se ao casamento como uma relação assimétrica, pois “nunca as mulheres constituíram uma casta estabelecendo permutas e contratos em pé de igualdade com a casta masculina.” Além de o casamento ser a única forma de subsistência da mulher, ele era sua justificação social. O casamento era o único caminho que as jovens podiam seguir para se integrarem à coletividade, uma vez que se mantendo solteiras tornavam-se socialmente resíduos.

A autora supracitada considera que enquanto o ofício do homem possibilitava que ele conhecesse o progresso e a mudança, a mulher era responsável pelo ritmo igual dos dias e pela manutenção da harmonia no lar. Ela não era chamada a edificar um mundo melhor, uma vez que realizava atividades maniqueístas, cujo resultado não era obtido através de um movimento positivo, mas a partir da abolição do mal, ou seja, a partir do extermínio da sujeira (lavar, varrer, retirar a poeira, etc.). Para Beauvoir (1980, p. 201), ao “descobrir os flocos de

poeira escondidos sob a noite dos armários”, a mulher detinha a morte, mas recusava a vida.

Devemos lembrar que, no século XIX, existiam mulheres de elite cuja possibilidade de ócio incentivava a leitura de novelas sentimentais. Essa prática propiciava a idealização do amor e do casamento. Afinal, o século XIX foi o período romântico da literatura, que apresentava o amor como um estado da alma e a escolha do cônjuge como condição de felicidade. Podemos citar como exemplo toda a obra de Joaquim Manoel de Macedo e parte da produção de José de Alencar. Na ficção romântica, o amor era sempre vitorioso, ele venciam principalmente o interesse econômico no casamento. Nesse período, amava-se, acima de tudo, um conjunto de idéias sobre o amor (D’INCAO, 2006).

O amor romântico, entretanto, não correspondia à realidade da família burguesa, que tendia a fazer do casamento uma oportunidade de ascensão social ou de manutenção do status. O casamento burguês não incluiu, a princípio, os sentimentos individuais. Ele existia em função das necessidades dos pais de preservarem sua acumulação de capital (POSTER, 1979). Assim, as idéias românticas estavam predominantemente no imaginário da mulher de elite, e não no seu cotidiano, sendo o amor um alimento do espírito, ao invés de uma prática existencial (D’INCAO, 2006).

Na verdade, além de casar-se em função da conveniência dos pais, a mulher também contribuía para o projeto familiar de mobilidade social, marcando sua presença em cafés, em bailes e teatros, onde sua postura educada era um emblema do prestígio do marido (D’INCAO, 2006). Os hábitos de vestuário também eram marcas de diferenciação social. A mulher de elite vestia-se de acordo com as regras da civilização européia, de modo que partes do corpo, que outrora não teve vergonha de mostrar, ficavam então escondidas. No ideal de intimidade da família moderna, foram inseridos tabus e preconceitos em relação à exposição de determinadas partes do corpo, como por exemplo, peitos e coxas (COSTA, 2004a).

No Brasil, esses hábitos de vestuário faziam parte do conjunto de medidas higiênicas

da medicina do século XIX. Os médicos eram os agentes de coerção do Estado, os quais buscavam não somente alterar o perfil sanitário da família, mas também modificar sua feição social através de tais medidas (COSTA, 2004a). Levando em consideração essa política higiênica da medicina, que incorporou a cidade e a população ao seu campo de saber, podemos novamente citar Foucault (1979, p. 189), que afirma:

As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não da regra jurídica, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma; definirão um código que não será o da lei mas o da normalização; referir-se-ão a um horizonte teórico que não pode ser de maneira alguma o edifício do direito mas o domínio das ciências humanas; a sua jurisprudência será a de um saber clínico.

Os médicos, como detentores de um saber clínico, foram redefinindo os padrões de comportamento dos indivíduos, inclusive no campo da sexualidade, onde o ideal do amor domesticado foi reeditado, passando a existir uma versão renovada para justificar o adestramento sexual da mulher. Enquanto no início da colonização do Brasil a mulher era vista como um ser inferior, que teria que pagar eternamente pelo pecado original; na modernidade, a mulher era um ser angelical, assexuado, acima da luxúria animal.

Para Poster (1979), a burguesia era uma classe social caracterizada pela virtuosa renúncia, havendo uma separação entre sentimentos e sexualidade. Então, mesmo quando o amor romântico passou a ser a mais pura razão para o casamento, o “felizes para sempre” não significava viver juntos com paixão, e sim com austera respeitabilidade. O autor comenta que a mulher era aconselhada a evitar “as instigações dos sentidos”. O homem, ao contrário, podia ter uma dupla moral, ou seja, podia dirigir à esposa sentimentos de ternura e, ao mesmo tempo, buscar sua satisfação sexual na prostituição; afinal, o sexo era visto como uma conquista de mulheres de classe inferior.

Levando em conta essa cisão entre amor e sexo, podemos nos valer das palavras do mesmo autor, que diz: “a burguesia realizou um esforço sistemático para protelar a satisfação sexual” (POSTER, 1979, p. 186). Podemos também refletir um pouco mais sobre as idéias do

filósofo francês Foucault (1979), que afirma não haver exercício de poder sem repressão. Sendo assim, o Estado exercia o poder através do regime disciplinar dos médicos, que vigiavam entre outros itens os hábitos de vestuário e de alimentação, a sexualidade, os cuidados das mães com seus bebês.

Com o regime disciplinar, as motivações que levavam os indivíduos ao casamento também se modificaram. Como já foi citado, o casamento burguês era motivado pela preservação do patrimônio dos pais. Com o passar do tempo, as razões do grupo familiar foram substituídas pela escolha individual, que deveria integrar amor e sexo. Segundo Vaitsman (1994, p. 54), “o amor erigiu-se como um dos estandartes morais na luta pelo direito de livre escolha do cônjuge.”

A superação da separação entre amor e sexualidade no casamento transformou-se em norma de saúde. Para Costa (2004a, p. 231), o casamento era uma instituição higiênica cuja cumplicidade com o romantismo tinha limites, pois “reclamava seus vínculos com a sexualidade e a procriação”. O casamento existia em função da defesa da raça e do Estado, de maneira que o casal deveria olhar para o futuro ao invés de preservar o passado. Em outras palavras, o casal deveria preocupar-se com a saúde dos filhos, e não com os interesses dos pais.

Assim, a saúde do filho não dependia apenas dos cuidados que ele receberia após o seu nascimento, mas também da saúde de seus pais. As condições físicas dos indivíduos, como também sua moral, começaram a ser valorizadas em detrimento das riquezas. De acordo com Costa (2004a, p. 222), “o dinheiro e o status social herdados só mereciam reverência quando aliados a uma boa saúde física e a uma boa constituição moral.”

O casamento entre a mulher jovem e o homem idoso começou a ser condenado, pois ambos estavam inaptos a procriar. As mulheres de pouca idade tinham o aparelho reprodutor imaturo, o que poderia acarretar uma gestação complicada ou um parto difícil, lesando o feto

ou o recém-nascido. Os homens mais velhos tinham, na maioria das vezes, órgãos reprodutores disfuncionais. A idade considerada ideal para o casamento era a de vinte e quatro a vinte e cinco anos para o homem, e a de dezoito a vinte anos para a mulher (COSTA, 2004a).

A finalidade do casamento se modificara, mas para que ela se concretizasse, continuava existindo a necessidade de o casal procriar. A procriação era uma condição para o sucesso do casal, principalmente para o da mulher, que ainda afirmava seu valor social através da maternidade. Apesar de a mulher, nessa época, já ter mais contato com o mundo e também já possuir alguma autonomia, o que continuava justificando a sua existência era o papel de esposa e, principalmente, o de mãe.

Como já foi exposto, tendo aprendido as regras de bem-receber, a mulher ajudava a promover o prestígio do marido, o que lhe permitia um contato maior com a sociedade. Além disso, com a urbanização, a mulher adquiriu autonomia para consumir artigos industrializados, acostumou-se com o requinte da moda européia e passou a ler, inclusive romances que defendiam a emancipação feminina (COSTA, 2004a).

Em virtude dessa situação, que tendia para a independência feminina, a medicina, uma vez mais, fez uso do seu suposto saber para criar padrões de conduta que estivessem de acordo com os interesses do Estado. Ainda conforme Costa (2004a), a medicina passou a defender a importância da amamentação, com o intuito de frear os impulsos de autonomia das mulheres, que não podiam ultrapassar certos limites. Considerando que os médicos aconselhavam um período de amamentação de dezoito meses e que a contracepção era praticamente desconhecida nessa época, podemos concluir que estava garantida a reclusão moderna da mulher.

Tal situação começou a mudar quando a dinâmica da própria industrialização criou mais espaços no mundo público, permitindo que as mulheres, inicialmente excluídas desse

processo, começassem a aumentar sua participação em vários setores da sociedade: nas atividades profissionais, políticas, sindicais, artísticas e culturais. Dessa forma, as fronteiras entre o público e o privado redefiniram-se, deixando de ser estabelecidas de acordo com o gênero. As mulheres passaram a possuir outras aspirações além do casamento e dos filhos (VAITSMAN, 1994).

É evidente que esta redefinição do papel social da mulher aconteceu progressivamente já que qualquer mudança na sociedade envolve também mudanças políticas, jurídicas e de mentalidade. Corroborar essa afirmativa o fato de a participação da mulher ter sido vista inicialmente como ameaça à família pelo patriarcalismo dominante da época e ter sido alvo de ataques dos representantes do próprio Estado, promotor da industrialização (VAITSMAN, 1994). Assim, retomamos Foucault (1979), o qual afirma que não haverá transformações na sociedade se os mecanismos de poder que existem fora, abaixo e ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, cotidiano, não forem alterados.

A morosidade das transformações sociais também pode ser percebida através da legislação referente às funções de cada gênero no casamento e na família. A historiadora Mary Del Priore (2005) relata que “o Código Civil de 1916 mantinha o compromisso com o Direito Canônico e com a indissolubilidade do vínculo matrimonial.” Mais adiante, Priore registra que, segundo o mesmo código, a mulher precisava da autorização do marido para trabalhar, sendo permitido a este o uso da legítima violência contra os excessos femininos. A função de prover a família era masculina, de maneira que muitos homens chegavam a cometer suicídio quando não conseguiam ser, por alguma razão, os únicos provedores do lar.

A partir de 1943, a legislação já permitia que a mulher trabalhasse sem a autorização do marido, “mas somente se este não conseguisse prover os meios necessários para a sua sobrevivência e a de seus filhos” (VAITSMAN, 1994). Acompanhando a sucessão dos fatos, podemos observar que as transformações na sociedade foram acontecendo lentamente. Afinal,

elas dependiam não só de mudanças econômicas, políticas e jurídicas, mas também de mudanças mais elementares, situadas na comunidade, na vizinhança, na família...

Outro exemplo da lentidão dessas transformações é o Brasil dos anos 50, dos chamados anos dourados. Com o final da Segunda Guerra Mundial, o processo de modernização aumentou as oportunidades educacionais e profissionais para homens e mulheres. O trabalho feminino, porém, continuou sendo visto com preconceito, como um reforço do trabalho do homem, tendo Bassanezi (2006, p. 608) comentado:

Se o Brasil acompanhou, à sua maneira, as tendências internacionais de modernização e de emancipação feminina – impulsionadas com a participação das mulheres no esforço de guerra e reforçadas pelo desenvolvimento econômico – também foi influenciado pelas campanhas estrangeiras que, com o fim da guerra, passaram a pregar a volta das mulheres ao lar e aos valores tradicionais da sociedade.

Podemos ressaltar que, nessa época, ainda predominava a dicotomia entre o público e o privado de acordo com os papéis de gênero, de maneira que a mulher continuava ainda buscando o reconhecimento social através do casamento. Priore (2005) relata que, na década de 50, a separação conjugal era a grande ameaça que pairava sobre as esposas, pois o casamento deveria ser mantido a qualquer custo. Além da dependência econômica e emocional da mulher em relação ao marido, o reconhecimento social era mais um fator que contribuía para a indissolubilidade do matrimônio. A mulher separada era mal vista, uma vez que a felicidade conjugal era atribuída aos esforços femininos.

Priore (2005, p. 254) observa também que as mulheres eram convencidas de que não casar era um insucesso. “Era uma forma de descensão social, que deprimia as moças maduras. Só lhes restavam amores ridículos ou socorro sobrenatural graças às esmolas, trezenas e promessas a Santo Antônio ou a São Gonçalo do Amarante.” Bassanezi (2006) afirma que uma mulher com mais de vinte anos sem um pretendente corria o risco de ser vista como candidata a “ficar pra titia”. Aos vinte e cinco anos, era uma solteirona. Dessa forma,

podemos constatar as semelhanças desse momento histórico com o início do período colonial, quando não casar era também sinônimo de fracasso.

É importante lembrar que os períodos de transição são marcados pela coexistência de velhos e novos valores. Na década de 50, Mello e Souza (*in* VAITSMAN, 1994, p. 61) analisaram a família conjugal moderna, dizendo que

Ela estaria transformando aquilo que ainda restava da organização patriarcal, com a emergência dos seguintes traços: igualdade de status por parte da mulher e do homem; maior participação das mulheres em atividades lucrativas; aumento do controle da natalidade; aumento do número de desquites e casamentos com desquitados; diminuição da autoridade paterna e conseqüente diminuição das distâncias dentro de uma família; enfraquecimento dos laços de parentesco e, como resultado, uma mudança da família extensa para o grupo conjugal.

Apesar da resistência que a sociedade apresentou, as mudanças foram, pouco a pouco, ocorrendo e redefinindo os papéis de gênero. Um fator fundamental para esse processo foi a descoberta das técnicas anticoncepcionais. Segundo Therborn (2006), essa descoberta tecnológica foi decisiva para a desvinculação entre sexo e procriação. A partir da popularização dos métodos contraceptivos, a sexualidade deixou de estar sujeita às regras religiosas ou a quaisquer outras normas que a considerassem “pecaminosa” ou condenável de algum modo quando exercida sem intenção de procriação. No último terço do século XX, o Ocidente assistiu a uma revolução sexual.

Kehl (S/D) afirma que, antes dessa revolução, as mulheres tinham seu destino ditado pelo seu corpo. Em outras palavras, ficando submetidas ao ciclo biológico, elas não podiam limitar o número de filhos que teriam. Desse modo, a maioria das mulheres ficava restrita ao papel de mãe. Com o advento das técnicas contraceptivas, elas tiveram a oportunidade de investir mais em sua formação profissional, pois o risco de gravidezes indesejadas diminuiu consideravelmente. Para Priore (2005), apesar da resistência da Igreja Católica, métodos anticoncepcionais eram usados para manter a família pequena.

Refletindo ainda sobre a transformação da família conjugal moderna, podemos considerar que outro elemento essencial para a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi sua progressiva integração em um sistema educacional universal, de segundo e terceiro graus em expansão. Em virtude do crescimento do ensino secundário no país, as mulheres puderam ingressar no ensino superior. Inicialmente, o ingresso deu-se pelo magistério, carreira para a qual estavam “naturalmente inclinadas”, que não conflitava com os papéis de esposa e de mãe (VAITSMAN, 1994).

Ainda de acordo com Vaitsman (1994, p. 67), “no início da década de 70, as mulheres já constituíam a metade da população estudantil do ensino médio apta a ingressar nas universidades.” O curso normal ou pedagógico, escolha tipicamente feminina, já não atraía muitas adolescentes de classe média que visavam à educação superior. Esse curso começou a ser procurado por moças de classes mais baixas em busca de ascensão social.

Em meados dos anos 70, com a aceleração da modernização, a participação das mulheres nas atividades profissionais, educacionais, políticas e culturais já era significativa, estimulando os princípios de igualdade e autonomia. Um exemplo de que o aumento da participação feminina nos diversos setores da sociedade provocou mudanças práticas e ideológicas na estratificação de gênero é o movimento feminista, que aparece nessa época para dar “substância social a uma problemática vivida na intimidade por milhares de mulheres” (VAITSMAN, 1994, p. 71).

Outro exemplo de mudança prática e ideológica é o dos movimentos de mulheres trabalhadoras, que começaram a se organizar e a ganhar projeção política. As mulheres estão participando de práticas reivindicativas desde o fim dos anos 60. Giuliani (2006, p. 650) diz que as mulheres “introduzem em sua participação política temas de reflexão no qual o cotidiano doméstico e o do trabalho são ponto de partida para rever a divisão sexual no trabalho e a relação de poder na representação sindical”.

Através desses exemplos, podemos refletir sobre a crise da família conjugal moderna, uma vez que ela se consolidou a partir da dicotomia público-privado, de acordo com os papéis de gênero (VAITSMAN, 1994). A crise do casamento contemporâneo é, na verdade, a crise desse modelo de família; o casamento não está em vias de extinção, mas está passando por um processo de transformação. A redefinição dos papéis sociais de homens e mulheres não contribui somente para a crise da família nuclear, mas para a formação de outros modelos de organização familiar (RAMOS, 2003).

As causas da crise do casamento contemporâneo serão abordadas detalhadamente no próximo capítulo. No momento, o que importa é enfatizar que estamos passando por um período de transição, em que valores contraditórios coexistem e não há um modelo a seguir (RAMOS, 2003). Os papéis de gênero não estão bem definidos, de maneira que as fronteiras entre o público e o privado são mais flexíveis, mais permeáveis. Muitas mulheres podem conciliar sua carreira profissional com os papéis de mãe e esposa, embora continuem fazendo um grande investimento afetivo no casamento e na vida em família.

2. A CRISE DO CASAMENTO CONTEMPORÂNEO: CAUSAS POSSÍVEIS

O capítulo anterior mostrou como o processo de industrialização foi decisivo para que a mulher começasse a ocupar paulatinamente espaços no mundo público. A mulher começou a participar de atividades consideradas produtivas, ou seja, passou a ser remunerada pelo seu trabalho, tornando-se mais independente econômica e afetivamente. Essa mudança no papel social da mulher, porém, desencadeou uma crise na família conjugal moderna, uma vez que seus preceitos ficaram abalados.

As relações de gênero foram se tornando menos rígidas, pois a identidade da mulher deixou de ser construída somente através do casamento e da maternidade. A mulher passa a ter outras aspirações, além daquelas ligadas à esfera privada, tendo oportunidade de reformular seus projetos de vida permanentemente. Ela ganhou autonomia e, conseqüentemente, a livre escolha no casamento passou a ser uma prática e não apenas um princípio (VAITSMAN, 1994). O fato relevante de que ela alcançou certo grau de independência econômica mudou a dinâmica dos vínculos amorosos, surgindo uma tendência à individualidade, desconhecida até então (GIUSTI, 1987).

Essa situação propicia uma liberdade para mudar pontos de vista, opiniões, estilos de vida, ou seja, passa a existir “uma mobilidade em todos os sentidos e em todos os campos, que muitas vezes elimina uma possibilidade real de se manterem raízes sólidas” (GIUSTI, 1987, p. 30). Foram criadas desse modo as condições sociais favoráveis para a instabilidade dos vínculos amorosos e familiares, levando a um alto índice de separações. Afinal, quanto maior a possibilidade efetiva de escolher, maior a chance do conflito entre o individual e o coletivo se manifestar (VAITSMAN, 1994).

Para Féres-Carneiro (1998), esse conflito caracteriza o casamento contemporâneo, de

modo que os casais se deparam o tempo todo com duas forças paradoxais: a individualidade e a conjugalidade, tendo a autora considerado que

Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a autonomia e a satisfação de cada cônjuge do que os laços de dependência entre eles. Por outro lado, constituir um casal demanda a criação de uma zona comum de interação, de uma identidade conjugal. (...) Se por um lado, os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges, enfatizando que o casal deve sustentar o crescimento e o desenvolvimento de cada um, por outro, surge a necessidade de vivenciar a conjugalidade, a realidade comum do casal, os desejos e projetos conjugais (FÉRES-CARNEIRO, 1998, p. 382).

Porchat (1992, p. 114) também menciona que, nos dias atuais, o casamento caracteriza-se por exigências que se contrapõem. Os parceiros desejam a vivência da intimidade e da individualidade simultaneamente. “Os cônjuges parecem perder-se entre exigências de difícil ajustamento: por um lado, a exigência de total complementação e conhecimento um do outro e, por outro, exigências de liberdade de ser, de desenvolvimento pessoal.” Dessa forma, as relações conjugais tornam-se mais vulneráveis.

É possível perceber que os ideais individualistas, predominantes na contemporaneidade, influenciam os relacionamentos amorosos. Rossi (2003, p. 78) afirma que “os direitos pessoais ocupam um lugar privilegiado na mente das pessoas, o contrário acontecendo com as preocupações com a coletividade.” Ser feliz como indivíduo é uma das necessidades dominantes do mundo contemporâneo.

Levando em consideração que os ideais individualistas estimulam a autonomia dos cônjuges em detrimento da dependência entre eles, podemos observar que não existe mais a predominância dos papéis sexuais tradicionais no casamento e na família. Segundo Ramos (2003), velhos e novos valores coexistem, de maneira que não há uma definição rígida quanto aos papéis de gênero a serem seguidos. Homens e mulheres parecem perplexos diante da falta de parâmetros, não sabendo exatamente o que esperar uns dos outros, pois não existem modelos a serem seguidos.

Ainda conforme Ramos (2003), as expectativas de homens e mulheres em relação aos seus parceiros parecem confusas e elevadas. Uma das peculiaridades dos casais contemporâneos é o fato de os parceiros exigirem muito um do outro. Existe uma predisposição a muito receber, que entra em conflito com a pouca disponibilidade para dar. Um exemplo de tal situação são as mulheres que ainda desejam um homem provedor. Embora aspirem à sua independência, muitas mulheres não gostam de gastar seu dinheiro com as despesas da casa.

Dowling (2002) defende que as mulheres buscam ainda alguém em quem possam se apoiar. Para a autora, subjacente às transformações sociais que possibilitaram uma existência mais autêntica para as mulheres, existe a fantasia infantil, alimentada pelos contos de fada, de que um “príncipe” pode libertá-las da ansiedade causada pela vida. Muitas delas concebem ainda o casamento como fonte de segurança, tendo a expectativa de que seus parceiros possam resgatá-las da tensão de se responsabilizarem por si mesmas. Para outras, a necessidade de auto-suficiência (valor contemporâneo) não anula a necessidade de proteção. Brasil (1999) diz que, na história de Cinderela, a mulher aparece desamparada, órfã, borralheira, resgatada finalmente por um poderoso cavaleiro, adornado com os emblemas da masculinidade.

Por outro lado, existem homens que se sentem aliviados por poderem contar com suas mulheres no orçamento doméstico, mas que se irritam quando elas chegam tarde em casa ou viajam a trabalho. Eles gostariam que suas mulheres cuidassem mais da casa e dos filhos, como tradicionalmente faziam (RAMOS, 2003). Enfim, “vários conflitos acontecem entre o código de valores internalizado ao longo dos anos, transmitido com o peso das autoridades familiares e sociais, e o código de valores que, a duras penas, a pessoa vai criando para si no decorrer da vida” (MALDONADO, 2000, p. 260).

Um exemplo de que os valores tradicionais estão ainda presentes nas relações

conjugais é o fato de que a infidelidade masculina é muito mais aceita culturalmente do que a feminina. Para Nolasco (*in* FÉRES-CARNEIRO, 2003), os homens afirmam, muitas vezes, sua masculinidade através de relacionamentos sexuais freqüentes e numerosos com diferentes mulheres. Embora o índice de infidelidade feminina tenha aumentado, os homens traem com mais freqüência do que as mulheres, tendo Féres-Carneiro (2003) afirmado que a traição por parte dos homens é um fator ressaltado pelas mulheres em suas falas sobre o desejo de separação.

Sendo assim, podemos notar que, se por um lado, os homens continuam traindo freqüentemente suas parceiras, por outro, elas tornaram-se amorosamente mais exigentes (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Conforme Priore (2005), a partir da revolução sexual, a tolerância das mulheres em relação à infidelidade masculina diminuiu. Como vimos no primeiro capítulo, com o advento das técnicas anticoncepcionais, elas passaram a ter relações sexuais sem temer a gravidez. De acordo com Mezan (2003, p. 164), mesmo que as mulheres não fizessem uso da liberdade que essa situação trazia, “a simples possibilidade de exercer tal liberdade teve efeitos incomensuráveis na reorganização das relações conjugais”, pois equiparou os cônjuges no que diz respeito ao exercício da sexualidade.

Segundo Papp (1995), antes da popularização dos métodos contraceptivos, as mulheres esforçavam-se mais para dar do que para receber prazer. Elas relacionavam-se sexualmente com seus parceiros em nome do dever, priorizando a manutenção do matrimônio e a maternidade em detrimento dos próprios desejos sexuais. A partir da revolução de costumes, desencadeada pela descoberta das técnicas anticoncepcionais, o sexo passou a ter outro significado. Para Mezan (2003, p. 164), essa descoberta permitiu às mulheres “uma nova experiência de si, do seu corpo e do seu prazer”.

Ainda conforme esse autor (2003, p. 165), a crise do casamento é “a crise do papel subalterno da mulher, confinada às tarefas caseiras e à educação dos filhos”. De fato, a mulher

vem buscando sua independência econômica e seu prazer sexual, entretanto, como já dissemos, a contemporaneidade é marcada pela existência simultânea de antigos e novos valores. Podemos observar que a emancipação da mulher pode constituir uma ameaça para o homem. Kehl (s/d) comenta que existe uma inércia das formas tradicionais de cultura, de modo que muitos homens se identificam com o papel de provedor, como se estivessem em dívida com o ideal paterno.

Quanto à sexualidade feminina, o fato de uma mulher ser sexualmente mais assertiva também pode fazer com que homens apegados a valores tradicionais sintam-se ameaçados (PAPP, 1995). Nos dias atuais, outra questão que angustia muitos homens é o fato de a sua virilidade ser atestada pelo seu desempenho sexual. Nas sociedades pré-modernas, a masculinidade do homem era medida pela sua atuação no espaço público. Ela era medida também pela força física e pela coragem. Na contemporaneidade, a prova da virilidade do homem é o seu desempenho sexual, pois o estilo de vida atual exige das pessoas pouca disposição física. Os homens começaram a preocupar-se com a possibilidade de suas parceiras não estarem satisfeitas sexualmente, pois elas passaram a ser testemunhas da sua virilidade (KEHL, s/d). Podemos perceber na conduta sexual dos homens a coexistência de velhos e novos valores. Se, por um lado, eles são com frequência infiéis para provar sua masculinidade, por outro, eles estão preocupados com a satisfação sexual de suas parceiras, pois isso também atesta sua virilidade.

Para Berthoud e Bergami (1997), os casais contemporâneos vivenciam uma realidade repleta de conceitos e preconceitos contraditórios, sendo perfeitamente compreensíveis os conflitos e as dúvidas que cercam as relações conjugais. Essas autoras (1997, p. 53) registram que

Socialmente espera-se que o jovem casal corresponda ao chamado padrão moderno, no qual a relação deve ser liberada de qualquer preconceito, aberta e flexível e, se prega como máxima o respeito pela individualidade e crescimento pessoal de cada um.

Subjetivamente, no entanto, os padrões parecem que não são tão diferentes assim daqueles cultuados décadas atrás.

Um exemplo que ilustra a existência simultânea de velhos e novos conceitos é a situação atual da mulher no mercado de trabalho. Se, por um lado, ninguém discute que ela conseguiu seu espaço profissional, por outro, podemos constatar que os cargos de alto escalão e os maiores salários ainda são destinados, na maioria dos casos, aos homens (JABLONSKI, 1998). É possível observar que nem tudo mudou... Como já foi mencionado, o momento atual é um período de transição e, portanto, não devemos desconsiderar uma resistência à mudança de velhos hábitos e costumes. Realmente, a mulher ingressou no mercado de trabalho, mas a desigualdade ainda existe, tanto fora como dentro do lar; afinal, apesar de ter conquistado seu espaço profissional, ela continua sendo a grande responsável pela administração e execução das tarefas domésticas.

Jablonski (1998) verificou, a partir de pesquisas, que existe uma diferença entre o discurso e o comportamento dos homens no que diz respeito à divisão de tarefas domésticas. Em outras palavras, enquanto o discurso masculino defende a divisão justa das tarefas desempenhadas no lar, na prática, o que se verifica é a manutenção de velhos padrões de conduta por parte dos homens. Percebemos então que a mulher não abandonou o lar. Na verdade, ela acumulou funções, pois, além de cuidar da casa e dos filhos, ela passou a ingressar cada vez mais no mercado de trabalho. De acordo com Porchat (1992), apesar de a sociedade ter promovido a emancipação da mulher, ainda não foi possível criar um modelo teórico e prático que ajustasse suas necessidades emocionais (a maternidade), pessoais (realização profissional) e sociais (o funcionamento da casa).

Giddens (1993) também ressalta a coexistência de velhos e novos conceitos, revelando que os homens possuem expectativas incompatíveis em relação às mulheres. O autor comenta que os homens desejam mulheres que sejam intelectual e economicamente iguais a eles. Apesar disso, rejeitam a igualdade no que diz respeito ao cumprimento das tarefas domésticas

e à educação dos filhos. Conforme Rubin (*in* GIDDENS, 1993), os homens demonstram desconforto diante das implicações de suas escolhas amorosas, ficando confusos quando defrontados com o que isso significa para eles. É muito importante considerar o fato de que muitos homens afirmam que ajudam suas mulheres na realização das tarefas domésticas. Mas, na própria palavra “ajuda”, fica implícito que eles não consideram tais tarefas como sendo de sua responsabilidade.

Além da distribuição desigual das tarefas referentes ao cuidado da casa e dos filhos, Jablonski (1998) enfatiza o conflito vivenciado pelas mulheres em decorrência de dois papéis antagônicos aprendidos: o da mãe e esposa dedicada e o da executiva liberada. Como as mulheres podem escolher um papel sem sentir culpa por abrir mão do outro? Afinal, se as mulheres, por um lado, entendem que é necessário buscar sua realização pessoal e profissional, indo ao encontro das mudanças sociais e econômicas, por outro lado, têm internalizados os papéis ditados pelos costumes tradicionais, que lhes foram transmitidos por suas mães e avós.

A escolha por um desses estilos de vida sempre levará à insatisfação, pois optar por seguir um caminho equivale a sofrer por não trilhar o outro. A mulher que optar por um estilo “à antiga” não escapará da sensação de inutilidade e de sentimentos de vazio e de vergonha, entretanto, observando a mulher emancipada, que optou por independência, liberdade e reconhecimento, entre outros fatores, percebemos que ela não pode, da mesma forma que a outra, esquivar-se da culpa, uma vez que internalizou um padrão de conduta tradicional que a faz sentir-se negligente em relação ao casamento e aos filhos (JABLONSKI, 1998). A mulher não conseguiu se libertar totalmente dos valores tradicionais, tendo Porchat (1992) comentado que ela vivencia simultaneamente muitos conflitos, angústias e culpas relativas à maternidade, ao lar e à realização pessoal.

Levando em conta o que já foi exposto, notamos que circunstâncias sócio-históricas

engendram expectativas contraditórias em relação ao casamento, pois os modos de viver e os valores instituídos na sociedade colidem, ao invés de se harmonizarem. Além dos ideais individualistas, outro valor integrante do sistema ideológico vigente, em conflito com os costumes tradicionais, é o consumismo. De acordo com Ramos (2003), o consumismo impele as pessoas a valorizarem o que têm, e não aquilo que são, além de transmitir a idéia de que tudo é descartável, inclusive o parceiro amoroso. Dessa forma, não existe tolerância para construir e consolidar uma relação.

O consumismo contamina os relacionamentos amorosos, de modo que existe uma tendência a rotular o parceiro como inadequado e insatisfatório quando surgem problemas na relação. Em outras palavras, é sempre o outro que precisa ser descartado, que não serve mais. Sendo assim, as pessoas trocam continuamente de parceiro na tentativa de mudar o enredo da história, sem levar em conta que toda relação precisa de tempo, de paciência e de solidariedade para ser construída (RAMOS, 2003).

Kehl (s/d) considera que a sociedade de consumo transmite um conceito de felicidade que se choca com o casamento monogâmico e indissolúvel. Para a autora, a idéia de que a felicidade depende do consumo contínuo de mercadorias inclui o objeto da escolha amorosa. A necessidade de ter muitas experiências amorosas aparece como uma espécie de subproduto da mentalidade dominante, pois a publicidade difunde a mensagem imperativa de que uma boa vida é aquela repleta de novidades. As pessoas têm o direito e o dever de buscar novos prazeres permanentemente.

Conforme Rossi (2003), uma das máximas do mundo contemporâneo é a crença de que não se pode perder tempo, pois a vida precisa ser plenamente desfrutada. Assim, os projetos de vida tornaram-se muito hedonistas, perdendo sua estabilidade. Kehl (s/d) comenta que a escolha de casamento precisa ser determinada pela conjugação de dois critérios: amor e erotismo, de um lado, e um projeto de vida comum, de outro. Enquanto o primeiro critério se

caracterizava pela instabilidade, o segundo era estável, sendo fundamental para o sucesso do casamento. Atualmente, os dois critérios são instáveis, pois a maioria das pessoas não faz mais planos a longo prazo, como por exemplo, a construção de um patrimônio para os filhos.

Os ideais predominantes da contemporaneidade não estimulam as pessoas a cultivar os atributos necessários para consolidar uma relação amorosa. Um exemplo de tal situação é o ideal narcisista de auto-suficiência e de culto ao corpo. Existem pessoas que são obcecadas pela idéia de possuir um corpo correspondente ao padrão de beleza ditado pela mídia. Segundo Costa (2004b, p. 166), “possuir um corpo como o dos bem-sucedidos é a maneira que a maioria encontrou de aceder imaginariamente a uma condição social da qual está definitivamente excluída, salvo raríssimas exceções”.

Além da preocupação excessiva com a aparência, a auto-suficiência também passou a ser um ideal social, de maneira que necessitar do outro é sinônimo de fragilidade. Demonstrar a própria vulnerabilidade ameaça o narcisismo contemporâneo. Por outro lado, certo grau de dependência adulta é fundamental para que a conjugalidade (outro ideal) se sustente (BUSTOS, 2003). Podemos constatar assim que a coexistência de ideais que não se harmonizam cria modos de viver contraditórios no imaginário social.

Considerando ainda o narcisismo como um valor predominante da contemporaneidade, observamos que a família pode representar uma espécie de atestado de sucesso individual. De acordo com Kehl (s/d), a família pode significar uma conquista narcísica e não mais um dever sagrado. Frequentemente, as pessoas almejam formar uma família porque entendem que têm o direito de possuir tudo. Trata-se predominantemente de conquistar e ter uma família, o que evidencia que os vínculos amorosos e familiares estão impregnados dos valores transmitidos pela sociedade de consumo.

Em oposição a essa representação de família, a autora supracitada afirma que o casamento e o amor são importantes também como formas de amparo. O lar é um lugar de

proteção, um dos poucos espaços do mundo contemporâneo que proporcionam um sentimento de pertença, já que a sociedade não cria muitas formas coletivas de pertinência, tornando-se cada vez mais individualista. Como já foi explicado no primeiro capítulo, as famílias perderam gradualmente suas funções econômicas, tendo Jablonski (1998, p. 52) afirmado que “todas essas funções foram retiradas da família e entregues a instâncias e agências sociais, com uma óbvia diminuição da interação e das trocas entre família e sociedade.”

É importante lembrar que cabia à mulher a responsabilidade por tais funções. Quando todas essas funções deixaram de pertencer ao âmbito doméstico, restaram-lhe basicamente aquelas pertencentes à esfera afetiva, ligadas à educação, à socialização, à formação da personalidade das crianças...Depois que a casa deixou de ser o lugar do trabalho, a mulher passou a desempenhar atividades sem valor de mercado. Nesse momento, perdeu o suporte emocional, pois, enquanto gerenciava a produção da residência, estava sempre cercada de parentes, agregados, criados, meninos do serviço, escravos, etc. (JABLONSKI, 1998).

Essa densidade social é o oposto do que vive a atual dona de casa urbana. Além do seu trabalho não possuir valor econômico e social, nem sempre ela pode contar com o apoio de familiares e vizinhos, permanecendo em um pequeno mundo isolado. Jablonski (1998) constatou, a partir de pesquisas, que a maioria das mulheres que se dedicam integralmente ao lar não gostariam que suas filhas seguissem o mesmo caminho, o que indica claramente insatisfação com a escolha feita. Ferree (*in* JABLONSKI, 1998, 165) verificou “o dobro de insatisfação entre mulheres que não trabalham, comparadas às suas colegas que o fazem.” Assim, Jablonski (1998, p. 165) conclui que

À medida que o reconhecimento social vai se inclinndo pela valorização da mulher que trabalha fora, a sensação de solidão e de estar à margem das tendências em voga vai predominando e marginalizando a mulher que escolheu ficar em casa, levando-a a uma autopercepção de inferioridade e desvalorização.

Além de provocar a desvalorização econômica do universo doméstico, a cisão entre trabalho e moradia fez com que o casamento deixasse de ser a única forma de as pessoas sobreviverem. As cidades passaram a possuir uma ampla rede de serviços, de forma que as pessoas não dependem mais de um grupo familiar como fator indispensável à sobrevivência. Atualmente, os centros urbanos possuem, por exemplo, supermercados, hospitais, farmácias, escolas, indústrias de roupas, entre outros serviços, que garantem o suprimento de suas populações (JABLONSKI, 1998).

Ainda conforme o autor, essa perda de funções do casamento e o conseqüente afastamento da família em relação à comunidade tornaram o afeto fundamental no ambiente familiar. Além disso, ele deixou de ser distribuído entre os membros da família extensa, ficando concentrado nos membros da família nuclear, ou seja, em poucas pessoas. Tal concentração de afeto pode levar paradoxalmente a uma dependência muito grande, pois os poucos integrantes da família nuclear passam a ter uma importância capital, tendo a obrigação de prover toda a afetividade de que se necessita.

Considerando que as trocas de afetividade na família ficam restritas a um núcleo muito pequeno, Porchat (1992) comenta que mecanismos como a projeção e a identificação ficam reduzidos a um número pequeno de pessoas. A densidade emocional é uma característica da família nuclear, uma vez que cada elemento que a constitui tem uma importância inevitável na vida psíquica do outro. Jablonski (1998) afirma que esse modelo de família não trouxe a satisfação esperada, pois consiste em um processo de repressão e “compartimentalização” das emoções. O autor (1998, p. 61 e 62) registra que

Esse “processo de esquizofrenização das emoções” não pode ser muito promissor em termos de saúde mental. Conferir uma hora e lugar para as pessoas se emocionarem significa repressão, controle e confusão. (...) Primeiramente pela hiperinflação da casa como lugar do afeto, gerando excessiva interdependência entre seus isolados membros (...) E em segundo lugar, porque é muito difícil exercer uma repressão seletiva das emoções. O que acontece, o que é mais provável de acontecer, é as pessoas irem construindo à sua

volta um muro fortificado antiemoções, cuja chave se perde no processo.

Em função dessa interdependência entre os membros da família nuclear, Porchat (1992) considera que os filhos têm uma estreita relação com o pai e a mãe durante a infância e a adolescência. Essa situação faz com que a família de origem tenha grande influência na modelagem das relações conjugais, uma vez que ambos os cônjuges levam para o casamento insatisfações e expectativas derivadas da relação que tiveram com seus pais. Cada um dos parceiros espera que o outro seja fonte das mesmas satisfações emocionais vividas na infância ou, ao contrário, compense o que faltou. Féres-Carneiro (1998, p. 383) ressalta que “na sociedade contemporânea os indivíduos divorciam-se não porque o casamento não é importante, mas porque sua importância é tão grande que os cônjuges não aceitam que ele não corresponda às suas expectativas.”

Tais expectativas, derivadas de experiências infantis frustradas ou muito gratificantes, são reforçadas pela possibilidade de realização do amor-paixão através do casamento. Como já vimos no primeiro capítulo, o casamento deixa de ser legitimado e garantido por um sistema de coerções sociais (sangue, posição social, aliança política ou econômica), sendo introduzido gradativamente no campo do amor-paixão. A realização do amor-paixão, antes uma impossibilidade, torna-se possível através do casamento (PORCHAT, 1992).

Essa idéia foi muito disseminada pelo cinema hollywoodiano depois da Primeira Guerra Mundial. Para Sevcenko (*in* PRIORE, 2005, p. 276), o par amoroso funcionava, nas telas do cinema, como “uma entidade autônoma, que existe em um contexto auto-referido, em que tudo que acontece ao seu redor só tem sentido em virtude de sua relação cômico – dramática – amorosa.” O casal transmitia uma imagem de auto-suficiência, parecendo existir isoladamente, à parte dos pais e familiares, dos amigos, da hierarquia e das convenções

sociais. “O par amoroso só se realiza voltado para si mesmo e contra a sociedade que o cerca.”

O cinema contribuiu – sobretudo até a década de 50 - para propagar o ideal da união perfeita concretizada no casamento. Porchat (1992) diz que “os filmes apontavam, sobretudo em suas cenas finais, o casamento como o *locus* ideal para a perpetuação e a efetivação da vivência do amor-paixão”. O cinema disseminou a idéia de que o casamento podia proporcionar a felicidade tão desejada. De acordo com Giusti (1987), essa felicidade, mais do que um mito almejado, transformou-se hoje numa imposição propagada sem descanso pelos mais variados meios de comunicação (publicidade, novelas, filmes, entre outros).

É fácil constatar que a idealização do amor está presente nos dias atuais. Além do cinema, das novelas e da publicidade, podemos citar ainda as letras de música. É interessante notar que existe uma música de Vanessa da Mata cuja letra evidencia o amor como fonte inesgotável de prazer: *“se você quiser, eu vou te dar um amor desses de cinema. Não vai te faltar carinho, plano ou assunto ao longo do dia.(...)Nessa nossa estrada só terá belas praias e cachoeiras. Aonde o vento é brisa, onde não haja quem possa com a nossa felicidade.”* Os meios de comunicação falam da possibilidade de uma complementação recíproca perfeita, tendo Porchat (1992, p. 121, 122 e 123) afirmado que

Todos os meios de comunicação falam da necessidade dessa intimidade emocional, dessa união psicológica, dessa complementação como sendo o alvo primordial a ser alcançado na interação. (...) O casamento, sem imperativos outros para salvaguardá-lo - indissolubilidade, interação emocional e sexual delimitada por papéis - tem o seu destino, mais do que nunca, presidido pelas neuroses infantis dos cônjuges.

Podemos perceber de que maneira a idealização do amor contribui para a vulnerabilidade dos relacionamentos amorosos. Segundo Ramos (2003), as altas expectativas depositadas no casamento geram insatisfação, na medida em que uma relação conjugal não pode dar conta de acabar com o sentimento de falta que faz parte da condição humana. O casal contemporâneo sobrecarrega a relação amorosa, uma vez que tenta, em vão, fazer dela a

solução mágica para todos os problemas existenciais. De acordo com Kehl (s/d), a expectativa de que o casamento seja fonte de felicidade produz muito desencanto, pois é mais fácil manter um vínculo conjugal com expectativas mais baixas.

Levando em consideração o ideal do amor como caminho para a completude, podemos refletir sobre o que nos diz Giddens (1993) a respeito do caráter reparador do amor romântico, cujos resquícios se fazem sentir na contemporaneidade. O autor (1993, p. 56) considera que

Desde suas primeiras origens, o amor romântico suscita a questão da intimidade. Ela (...) presume uma comunicação psíquica, um encontro de almas que tem um caráter reparador. O outro, seja quem for, preenche um vazio que o indivíduo sequer necessariamente reconhece – até que a relação de amor seja iniciada. E este vazio tem diretamente a ver com a auto-identidade: em certo sentido, o indivíduo fragmentado torna-se inteiro.

Além de o amor ser idealizado, Kehl (s/d) afirma que esse significante sofre um processo de banalização, na medida em que é exaurido pela dramaturgia e pela publicidade. A saturação do significante “amor” fez com que ele perdesse seus contornos. As pessoas ficam freqüentemente desorientadas em relação à especificidade dos vínculos amorosos, não sabendo distinguir os passageiros dos duradouros. Qualquer relacionamento ganha a conotação de grande amor, pois a exaustão do significante “amor” pelos meios de comunicação o banalizou. Quando ele retorna para as relações pessoais (lugar de origem), está contaminado pelas idéias mercantis.

A idealização e a banalização do amor, a coexistência de novos e velhos valores, a emancipação feminina, o individualismo, o consumismo, o ideal narcisista de autonomia e de culto ao corpo, o isolamento e a perda de funções da família, entre outros fatores, contribuem para o momento de fragilidade vincular que estamos vivenciando. O alto índice de separações é uma característica da contemporaneidade. Apesar da freqüência com que os casais se separam, esse processo não é menos doloroso para quem o vivencia. Costa (2006, p. 83) afirma que “a experiência psiquiátrica e psicanalítica assegura com absoluta certeza que a

maior dificuldade do ser humano, do nascimento à morte, é lidar com a separação e a perda”, sendo o divórcio representante de muitas perdas ao mesmo tempo.

Sendo assim, no próximo capítulo, será abordado o processo de luto decorrente do término da união amorosa, seja ela oficial ou consensual. Afinal, todo rompimento de vínculo leva a um penoso processo de luto, uma vez que o enlutado resiste a desinvestir a libido do objeto perdido.

3. O LUTO DECORRENTE DA SEPARAÇÃO

A perda e a separação são inerentes à condição humana. Desde a mais tenra infância, o ser humano depara-se com essa questão, que apresenta variadas versões ao longo da vida: ausência momentânea da figura materna, morte de entes queridos, saída dos filhos da casa paterna, entre outros. O término de uma união amorosa é mais uma versão a que todo ser humano está suscetível e, como acontece em outras situações de perda, leva a um luto que precisa ser elaborado.

Freud (1917/1996, p.249) define o processo de luto como sendo “a reação à perda de um ente querido, à perda de alguma abstração que ocupou o lugar de um ente querido, como o país, a liberdade ou o ideal de alguém, e assim por diante.” Segundo o autor, o trabalho de luto é um processo doloroso em que a libido é desinvestida progressivamente das representações do objeto perdido. Esse processo demanda grande dispêndio de tempo e energia catexial, pois as pessoas resistem a abandonar uma posição libidinal, tendo o autor afirmado que

Permanece um mistério para nós o motivo pelo qual esse desligamento da libido de seus objetos deve constituir um processo tão penoso, até agora não fomos capazes de formular qualquer hipótese para explicá-lo. Vemos apenas que a libido se apegava a seus objetos e não renuncia àqueles que se perderam, mesmo quando um substituto se acha bem à mão. Assim é o luto (FREUD, 1916/1996, p. 318).

Refletindo sobre essas considerações, podemos constatar que o processo de luto diz respeito ao rompimento de um investimento afetivo. Quanto maior for esse investimento, mais doloroso será para o enlutado conseguir desligar-se do objeto perdido (KOVÁCS, 1992). De acordo com Freud (1917/1996, p. 261), “se o objeto não possui uma tão grande importância para o ego – importância reforçada por mil elos -, então também sua perda não será suficiente para provocar o luto, quer a melancolia.” Sempre que o ego estiver

vinculado ao objeto, ele resistirá a abandoná-lo. A intensidade dessa resistência dependerá da importância do objeto para o ego.

Percebemos assim que o processo de luto é decorrência do término de um vínculo, não se restringindo ao que as pessoas vivenciam quando morre um ente querido. Bowlby (2004, p. 463) afirma que “se há vínculo, existe separação, decorrendo daí angústia, como reação ao risco de perder o objeto, e a dor do luto, como a reação à perda efetiva.” A sociedade, entretanto, tende a reconhecer somente o luto decorrente da separação definitiva, ou seja, o luto decorrente da morte. Na literatura, podemos notar também a tendência a associar o luto à morte, tendo Casellato (2005) enfatizado a escassez de informações sobre o luto não reconhecido como uma experiência de perda.

Entre as perdas e os lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade, podemos citar o luto pela separação nas relações amorosas. Ducati (2005) comenta a importância de se reconhecer o indivíduo como enlutado para que ocorra o processo de elaboração da perda e de construção de novos relacionamentos. Para a autora, não há como precisar o tempo cronológico desse processo, pois a experiência de cada pessoa é única. Além disso, o trabalho de luto abrange, na realidade, a elaboração de muitas perdas ao mesmo tempo: da conjugalidade, dos ideais (casamento e parceiro idealizados), da família sonhada, dos bens materiais, do status, da identidade, de um nome (no caso da mulher).

De acordo com Maldonado (2000, p. 133), “o luto não é apenas pela perda do parceiro, mas também pela quebra de expectativas e ideais sobre o casamento (...). A separação desmancha o ideal que vem da infância e dos contos de fada.” Há pessoas que parecem sofrer mais pelo ideal de casamento e de família que não foi atingido do que pelos parceiros de quem se desvincularam. Kehl (s/d) ressalta o fato de as mulheres idealizarem o amor, recorrendo à história para explicar essa atitude feminina. Como já foi citado anteriormente, a literatura romanesca era dirigida às mulheres. Assim, podemos constatar que,

nos dias atuais, existem ainda mulheres que têm um vínculo maior com seu sonho de “casar e ser feliz pra sempre” do que com o ser amado propriamente dito. Tal constatação confirma a definição de luto formulada por Freud (1917/1996), uma vez que o autor diz que o luto pode ser a reação à perda de alguma abstração, como por exemplo, o ideal de alguém.

Quando Maldonado (2000, p. 133) faz referência à perda do ideal do casamento, cita “a saudade de um passado que nunca existiu, a saudade de um sonho que nunca se concretizou.” Por outro lado, não devemos esquecer a saudade do que foi vivido, compartilhado e concretizado. Kaslow e Schwartz (1995, p. 279) fazem menção às pessoas que ficaram casadas durante muitas décadas, tendo compartilhado “uma longa história de sonhos e de realizações em comum que não é fácil de ser esquecida ou substituída.” Entre as realizações, as autoras mencionam o domicílio conjugal como mais uma perda que precisa ser elaborada. A mudança de casa representa outra “separação”, afastando do ambiente familiar a pessoa que se muda.

Além de elaborar a perda de tudo o que foi construído em conjunto, os parceiros que se separam precisam desfazer projetos de vida que ainda não se haviam realizado, tais como o de testemunharem o crescimento dos filhos e o de envelhecerem juntos (MALDONADO, 2000). Por essas razões, o término de uma união amorosa, seja ela oficial ou consensual, é um evento estressante que gera a necessidade de uma reorganização dos projetos existenciais e de um reajustamento social. A Escala para Pontuação do Reajustamento Social de Holmes e Rahe (1967, *in* BROMBERG, 2000) aponta o divórcio e a separação conjugal como os fatores mais estressantes, depois da morte do cônjuge.

Por outro lado, Kaslow e Schwartz (1995, p. 85) consideram que o caráter definitivo da morte possibilita “um encerramento que permite a existência da cura”, o que não ocorre na separação amorosa. Com o término do casamento, os ex-parceiros, especialmente se tiverem filhos em comum, têm a probabilidade de ter contato pelo resto da vida, queiram ou não. Se

cada um deles quiser continuar próximo dos filhos, tal contato é inevitável. Dessa forma, o término do luto decorrente da separação amorosa é freqüentemente mais difícil de ser atingido do que o fim do luto provocado pela morte do cônjuge. Féres-Carneiro (1998, p. 384) registra que

Embora o divórcio possa ser, às vezes, a melhor solução para um casal cujos membros não se consideram capazes de continuar tentando ultrapassar suas dificuldades, ele é sempre vivenciado como uma situação extremamente dolorosa e estressante. A separação provoca nos cônjuges sentimentos de fracasso, impotência e perda, havendo um luto a ser elaborado. O tempo de elaboração do luto pela separação é quase sempre maior do que aquele do luto por morte.

De acordo com Viorst (2005), o fim do processo de luto decorrente do término do casamento pode ser mais difícil porque o enlutado lamenta a perda de alguém que está vivo. Embora o casamento não exista mais, os ex-parceiros continuam vivos. A autora faz alusão a pessoas que preferiam ter ficado viúvas a se divorciarem, pois a morte não provocaria discussões sobre filhos e propriedades nem sentimentos de fracasso e de ciúme.

Kehl (s/d) também comenta que, com freqüência, é mais fácil suportar a morte do que o divórcio, pois a primeira é entendida como uma fatalidade, e não como um desejo do outro. A grande questão da perda do amor no casamento é a ferida narcísica. A partida do outro é entendida como uma escolha, ou seja, o outro *quis* partir. Assim, o sofrimento psíquico não é somente resultado da saudade, mas também do sentimento de abandono e rejeição. Quando o rompimento do vínculo amoroso é a vontade de um dos parceiros, o outro é ferido em seu narcisismo. Essa ferida narcísica pode gerar sentimentos de ódio contra aquele que optou pela separação, dificultando a elaboração da perda.

Quando Freud (1917/1996, p. 260) discorre sobre a elaboração da perda provocada pela morte de um ente querido, ele diz que “o ego (...) é persuadido, pela soma das satisfações narcisistas que deriva de estar vivo, a romper sua ligação com o objeto abolido.” No caso do luto decorrente da morte, o narcisismo é um recurso psíquico de que o enlutado dispõe para a

elaboração da perda, entretanto, quando a perda é consequência do desejo de um dos parceiros, o narcisismo dificulta a elaboração do luto, ou melhor, intensifica a dificuldade de desvinculação. Maldonado (2000, p. 107) enfatiza que existem pessoas que ficam paralisadas, “remoendo sem parar a situação, em vez de tratar de tomar novo rumo.” Guardam cronicamente rancor, ódio e inveja.

Segundo Násio (1997), o primeiro movimento da reação defensiva do eu à perda de um ser amado é o *superinvestimento*. Inicialmente, o eu retira a libido da quase totalidade das suas representações e a desloca para a representação do objeto perdido, como se quisesse compensar a sua ausência. Esse é o único recurso de que o enlutado dispõe, a princípio, para amenizar a dor e manter o equilíbrio emocional. Para o autor (1997, p. 28), o eu confunde-se quase totalmente com a imagem do amado perdido, “e só vive amando, e por vezes odiando a efígie de um outro desaparecido.” O trabalho de luto, por outro lado, seguirá o caminho inverso, fazendo com que a representação saturada do ser amado seja desinvestida progressivamente. O processo de luto resume-se a uma lentíssima redistribuição da energia psíquica, antes concentrada em uma única representação.

Ainda conforme Násio (1997, p. 29), quando esse trabalho de desinvestimento não se cumpre, ficando o ego imobilizado na representação coagulada, “o luto se eterniza em um estado crônico, que paralisa a vida da pessoa enlutada durante vários anos, ou até durante toda a sua existência.” No luto patológico, a sobrecarga afetiva cristaliza-se na imagem do amado perdido, revelando a dificuldade da desvinculação. Levando em consideração o período pós-separação, podemos observar que existe a possibilidade de o vínculo cristalizar-se em ódio e perseguição, tendo Maldonado registrado que

Amor e ódio são polaridades do vínculo ainda muito carregado de afeto; na etapa do ódio, a gente ainda não pode abrir mão do outro para tomar novo rumo. Com conteúdos diferentes, na paixão e no ódio, a pessoa continua ocupando nossa cabeça. (...) Há pessoas que permanecem “casadas” pelo ódio e desejo de vingança (2000, p. 125 e 137).

Como já foi mencionado, sentimentos hostis podem ser derivados de uma ferida narcísica provocada pela percepção de abandono e rejeição. Notamos que a auto-estima do parceiro que foi deixado pode ficar diminuída, alterando a percepção do seu valor pessoal. Segundo Kehl (s/d), quando alguém vive em função do amor, não há como separar a noção do próprio valor da condição de ser amado pelo outro. Conforme vimos no primeiro capítulo, essa situação corresponde ao papel da mulher no modelo burguês de família predominante até a primeira metade do século XX. Dedicando-se ao marido e aos filhos, ela fazia do casamento a sua própria vida.

A partir dessa perspectiva sócio-histórica, Porchat (1992) reflete sobre a dor emocional presente na separação conjugal. A autora (1992, p. 118) afirma que, até meados dos anos 50, a mulher era “um ser especialmente disponível a ressentir uma separação.” Nessa época, a mulher não tinha limites de *Self* bem definidos, pois seu modo de viver não possibilitava a diferenciação, tendo a autora ressaltado que

A mulher vive o sucesso do marido como se fosse o seu, vive o sucesso dos filhos também como se fosse o seu. E, quando os filhos casam e a relação afetiva com o marido está pobre ou inexistente, sente-se perdida, com a vida vazia e sem significado. Não raro, entra em depressão (PORCHAT, 1992, p. 118).

O bem-estar do marido e dos filhos era o sentido da sua vida, de modo que o casamento tornava-se uma experiência de dependência. Conforme a autora citada, a dependência da mulher burguesa desse período em relação ao casamento pode ser comparada (no nível simbólico) à dependência biológica do bebê em relação à mãe. A mulher, assim como o bebê, não conseguia se diferenciar. Quando ocorria uma separação, isso contribuía provavelmente para a raiva e a sensação de desamparo e de desenraizamento.

Porchat (1992) lembra ainda que, além dos sentimentos de fracasso decorrentes de um casamento falido, a culpa também estava presente na mulher burguesa que se separava, uma vez que a responsabilidade pelo lar e pela felicidade do marido e dos filhos lhe era atribuída como única meta. Sendo assim, quando separada, a mulher passava a não ter importância para

a sociedade, sendo marginalizada por representar uma ameaça às mulheres “bem-casadas”. Tal situação propiciava a baixa auto-estima, a frustração e o desespero, de maneira que podemos imaginar que as contingências sociais intensificavam sentimentos originados possivelmente da condição de ser deixada ou desprezada.

Atualmente, podemos observar que o contexto sócio-histórico amenizou a dor da separação. A individualidade, como valor extremamente validado, impele as pessoas separadas a reconstruir sua identidade e a estabelecer novos projetos existenciais. Afinal, “não cabe mais chorar tanto um casamento perdido porque ainda se tem a si mesmo como objetivo a ser realizado e vivido” (PORCHAT, 1992, p.123). Como já mencionamos no capítulo anterior, as pessoas buscam o desenvolvimento pessoal, desejando serem felizes também como indivíduos. A importância atribuída à realização pessoal, entretanto, não isentou a mulher dos sentimentos de culpa pelo término do casamento. Embora reduzida, a culpa ainda está presente na mulher contemporânea como um resquício do momento histórico anterior.

Sentimentos como os de culpa e de fracasso, assim como o rebaixamento da auto-estima, podem ser intensificados ou amenizados pelas circunstâncias sócio-históricas. Quanto à origem, esses sentimentos podem derivar da condição de ser abandonado, constituindo a vivência de luto de quem não decidiu pela separação. Peck e Manocherian (1995, p. 294) consideram que “quanto mais súbita e inesperada a decisão parece ser, mais difícil será o ajustamento emocional inicial.” Muitos cônjuges que não tomam a iniciativa no processo de separação estão totalmente despreparados para enfrentar a situação e experimentam sentimentos de impotência e humilhação.

O cônjuge rejeitado pode negar a separação, percebendo essa realidade muito sofrida como inacreditável (KASLOW; SCHWARTZ, 1995). Para Maldonado (2000), as etapas vivenciadas por quem é deixado assemelham-se àquelas pelas quais uma pessoa passa quando descobre que tem uma doença terminal. Tais etapas, descritas por Kübler-Ross (1998), são:

negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Muitas pessoas não passam por todos os estágios, outras não seguem essa ordem. Existem pessoas que não chegam à aceitação.

De acordo com Maldonado (2000, p. 97), a negação pode acontecer quando a pessoa não percebia as dificuldades da relação “ou quando o outro gestou a decisão de separação em silêncio e a anuncia de modo repentino e inesperado”; a raiva pode estar relacionada à impotência da pessoa diante da decisão definitiva do outro; a barganha é a etapa em que o parceiro faz promessas, dizendo ao outro que mudará seu comportamento; a depressão vem acompanhada normalmente da pena de si mesmo e da baixa auto-estima; a última etapa é a aceitação, de modo que a energia afetiva vai sendo liberada gradualmente para ser investida de outra forma.

Esse desligamento lento e gradual da libido em que se resume o trabalho de luto pode começar também antes do rompimento da relação. A separação ou o divórcio pode ser o resultado da morte lenta de laços mantidos durante longo tempo. Essa desvinculação “que se segue ao “distanciamento mútuo” é um longo e doloroso processo comparável a uma doença crônica” (CARUSO, 1989, p. 15). Muitas pessoas consideram essa situação estranha, pois o afastamento ocorre em relação a alguém com quem tiveram muita intimidade. Quando um casal se separa, podemos supor que trilhou o caminho oposto ao da intimidade. Enfim, a separação pode representar o término desta intimidade e da conjugalidade (DUCATI, 2005).

Pensando ainda na desvinculação como algo que se assemelha a uma doença crônica, podemos considerar que o divórcio é freqüentemente antecedido por um processo de hesitação, com muitas idas e vindas (COSTA, 2006). Quando a separação se torna uma alternativa, surge o medo da mudança, do novo, da solidão, da piora da situação financeira, da perda de segurança e da proteção de ser uma pessoa casada. Assim, “o período entre começar a sentir insatisfação conjugal, perder as esperanças de melhorar o casamento, decidir separar-se e concretizar a decisão pode durar muitos anos” (MALDONADO, 2000, p. 66).

Para Giusti (1987, p. 36), a trajetória íntima que leva uma pessoa a conscientizar-se de que seu casamento não funciona é muito árdua e sofrida, sendo “carregada da tentação de procurar desmentidos para o próprio sentir.” Conforme o autor, depois da visão clara da crise, começa um período em que predomina a incerteza, de maneira que qualquer decisão é adiada. Esse período é possivelmente o mais desgastante, tendo o autor considerado que

O indivíduo começa a sentir-se corroído pela dúvida e pela esperança de ter interpretado mal as coisas, apesar de seu mal-estar reiteradamente confirmar a exatidão das conclusões a que chegou. Todavia, continua a adiar uma decisão definitiva, na esperança secreta de que um milagre o faça voltar aos felizes tempos (GIUSTI, 1987, p. 36).

Segundo Bohannon (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995, p. 43), as primeiras reações do processo de divórcio são a negação da crise conjugal e a esperança de que a mesma acabe por desaparecer. Quando isso não ocorre, “a realidade da situação entra gradativamente na consciência, onde vai, aos poucos, se acomodando”. Assim, na primeira etapa do processo de divórcio, denominada *divórcio emocional*, o casal torna-se cada vez mais consciente de que seu relacionamento está se deteriorando. Um dos cônjuges, ou ambos, se questiona se compensa manter o casamento, pois está desiludido quanto à sua viabilidade.

Peck e Manocherian (1995) comentam que a *separação emocional* é geralmente marcada por brigas, acusações, desvalorização do parceiro, estresse aumentado, amargura, depressão, ansiedade e, sempre, ambivalência. Nessa fase, pelo menos um dos cônjuges está considerando a possibilidade de divórcio, distanciando-se através de atividades e de envolvimento separados. De acordo com Wallerstein e Kelly (1998), a separação é raramente uma decisão tomada em comum acordo nas famílias com filhos. Normalmente, um dos parceiros quer terminar o casamento mais do que o outro, sendo que as mulheres tendem a tomar a iniciativa. Kaslow e Schwartz (1995), em suas pesquisas, corroboram essa realidade ao constatar que a maioria dos participantes não havia tomado em conjunto a decisão de se separar. Entre aqueles que tomaram a iniciativa, na maioria das vezes, os iniciadores eram as

mulheres, fato também constatado por Féres-Carneiro (2003).

Conforme Kaslow e Schwartz (1995), antes de um ou ambos os parceiros optarem pelo término do casamento, é comum que realizem algumas tentativas para revitalizá-lo, ou melhor, para salvá-lo. As mesmas autoras comentam que a legalização da separação pode acontecer depois que o casal se separou e se reconciliou algumas vezes. Maldonado (2000) também menciona que há pessoas que optam pela separação depois de inúmeras tentativas para melhorar o casamento. Podemos constatar, portanto, que a decisão pela separação é freqüentemente maturada, não sendo tomada de maneira repentina.

Essa circunstância possibilita uma preparação para o rompimento. Segundo Ducati (2005), nas situações em que o casal se mantém envolvido em crises e reconciliações, experimenta-se um luto antecipado. Násio (1997) diz que existem situações que permitem a preparação para a partida de uma pessoa amada, uma vez que é possível representar a dor da separação. Em outras palavras, o trabalho de luto começa antes do desaparecimento do ser amado, pois a dor da perda é nomeada antes mesmo de aparecer. Por outro lado, existem perdas que acontecem de forma tão repentina que não há como o eu assimilar a dor que elas provocam. Enquanto a dor representável fica integrada ao eu, a dor da perda súbita é inassimilável pelo eu, que perde suas referências de espaço, de tempo e de identidade.

Refletindo ainda sobre a separação como resultado de uma decisão amadurecida, podemos considerar o que nos diz Kelly (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995) sobre o parceiro que inicia o processo de separação. De acordo com a autora, aquele que deu início à separação sofre um estresse maior antes do término do casamento, já que depois da ansiedade provocada pela tomada de decisão, está mentalmente preparado para o rompimento e tem a sensação de controle sobre a situação. Weiss (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995), entretanto, afirma que, em contrapartida, o autor do pedido de separação pode sentir-se culpado, e até mesmo angustiado, pelo sofrimento que sua partida infligiu àqueles a quem deveria amar.

Peck e Manocherian (1995) dizem que o período de tomada de decisão pode ser o mais difícil de todos para quem o vivencia, pois quem está considerando a possibilidade de separação pode sentir muito remorso e culpa. Para Maldonado (2000, p.269), os “sentimentos de culpa podem surgir de modo apenas parcial até que, tempos depois, irrompem com toda a intensidade”, podendo levar a pessoa a uma compulsão inconsciente de procurar situações de fracasso e frustração. A pessoa que dá início à separação pode prejudicar várias áreas de sua vida, fazendo dessa situação uma forma de punição.

A autora supracitada comenta que, a princípio, euforia e sentimentos de alívio predominam em quem iniciou a separação. Esses sentimentos derivam do fato de a pessoa separada se sentir livre da tensão de uma situação infeliz. Somente com o passar do tempo, emergem a culpa e a tristeza, principalmente na época da legalização da separação. Nesse momento, surgem as lembranças dos bons momentos e dos sonhos não realizados. Surge a saudade do que não foi possível manter e também a tristeza pelo que poderia ter sido e não foi.

Porchat (1992) menciona a dificuldade de se sair imune de uma experiência conjugal. Conforme a autora, quando há sentimentos de alívio, eles parecem estar mesclados com os de desespero. Mesmo quando a pessoa separada sente indiferença ou experimenta a sensação de estar se libertando de uma situação opressora, isso não impede a intercalação de outros sentimentos. A separação é, portanto, sempre vivenciada como uma situação dolorosa, independentemente de quem deixa e de quem é deixado, tendo a autora ressaltado que

Seja porque a pessoa foi deixada, seja porque é ela quem deixa – amor, ódio, culpa, tristeza, medo, solidão, sensação de abandono, sentimento de fracasso, desorientação, quadros de estresse emocional e físico podem constituir a vida dessas pessoas por longo tempo (PORCHAT, 1992, p. 104).

Maldonado (2000) refere-se a essa vivência como sendo um turbilhão emocional em que diversos sentimentos emergem: euforia, depressão, perplexidade, atordoamento, embotamento, medo, insegurança. Essa mobilização emocional marcada pelo caos e pela

confusão é típica da mudança de aspectos importantes de si mesmo. Nas crises existenciais, predomina inicialmente a desorganização para que seja possível a reorganização de outra forma. Muitas vezes, a reação inicial à separação é o atordoamento, de modo que a pessoa se sente totalmente perdida - sem pontos de referência -, desnordeada e confusa.

Garbar e Theodore (2000) consideram que não apenas as expectativas relacionadas ao casamento, como também a sua duração e intensidade, podem fazer com que sua ruptura seja muito dolorosa. A dor provocada pela perda do casamento pode provocar uma desorganização psíquica grave, uma vez que reações de ciúme, de ódio, de humilhação, de culpa, entre outras, somam-se à vivência da separação. Os sentimentos de amor e ódio mesclam-se com maior ou menor consciência e violência.

Com o término do casamento, dores acumuladas, resultantes de vínculos anteriores, podem emergir, trazendo reminiscências de um passado sofrido. Na verdade, a dor da separação é uma dor primordial, na medida em que está relacionada ao abalo dos aspectos simbióticos. “Surge, muitas vezes, a angústia da morte, da desintegração, da solidão, da loucura, da percepção de que o outro não é um pedaço da gente, o fim da ilusão da união, do dois-em-um” (MALDONADO, 2000, p. 106). A dor da separação é a dor da constatação da impossibilidade de se reaver o paraíso simbiótico inicial do homem, ou seja, de se obter uma satisfação emocional advinda da indiferenciação (PORCHAT, 1992).

Considerando que a dor da separação é provocada pelo término dos aspectos simbióticos, podemos pensar que, raramente, uma união deixa de produzir “um apego que cause sofrimento quando, por um motivo qualquer, falta-lhe o objeto” (GIUSTI, 1987, p. 37). Sendo assim, podemos lembrar o que nos diz Freud (1916/1996) a respeito da resistência do enlutado a abandonar uma posição libidinal. Essa resistência é corroborada por Weiss (*in* PECK; MANOCHERIAN, 1995, p. 294), tendo o autor afirmado que, “para a vasta maioria, persiste um apego, apesar da raiva e do ressentimento – quanto maior o apego, maior a

angústia.”

Segundo Viorst (2005), a separação amorosa provoca mais raiva do que a morte. Na separação, enquanto a saudade e o vazio podem ser tão intensos quanto na morte, a raiva é mais intensa do que aquela provocada pela morte. Peck e Manocherian (1995) afirmam que, com o decorrer do tempo, a raiva e o apego diminuem, sendo que a primeira permanece por mais tempo. Maldonado (2000) considera que a raiva amenizada pode ser um dos primeiros sinais da desvinculação, assim como a diminuição do sentimento de pena, da necessidade de controlar e de fiscalizar a vida do outro e da esperança de reconciliação. Nesse momento, é possível “liberar” o ex-parceiro para uma nova vida, recuperando a disponibilidade interna para outras ligações.

Essa disponibilidade do ego para outras ligações significa que o trabalho de luto foi concluído. De acordo com Freud (1917/1996, p. 251), “quando o trabalho do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido.” Podemos perceber que a elaboração da perda é fundamental para que o enlutado possa se ligar a novos objetos. A partir da elaboração da perda, o enlutado pode reconstruir sua vida, estabelecendo novos projetos existenciais. Naffah Neto (2003) menciona a importância da vivência do luto para que um novo casamento seja bem-sucedido. O autor considera que a condição para que um novo casamento seja um recomeço efetivo é a elaboração das separações que o antecederam, o que implica um mínimo de abstinência afetiva e de acolhimento da dor. Desse modo, existe a possibilidade de a nova relação não repetir as dinâmicas anteriores e seus conseqüentes conflitos.

Kehl (s/d) também ressalta que uma separação deve ser elaborada para que não afete o próximo vínculo amoroso. Quando o término de um casamento não é elaborado, seus resquícios fazem-se sentir na relação amorosa seguinte. Se uma pessoa resiste à elaboração do luto para não experimentar a dor da separação, tende a relacionar-se com o novo parceiro mantendo inconscientemente fragmentos do casamento anterior. Para a autora, as relações

amorosas são vínculos profundos e inconscientes que não se desfazem repentinamente, de modo que a tentativa de minimizar a dor através do recalque é uma solução brutal que prejudica quem a adota.

Kehl defende que a sociedade deveria possuir parâmetros para separações bem-sucedidas, de maneira que o final de um casamento não fosse sentido como fracasso. O ideal de indissolubilidade do casamento faz com que as pessoas se sintam fracassadas quando se separam, o que produz amarguras, acusações e inimizades. Conforme a autora, a sociedade precisa criar um significado para o laço conjugal de acordo com as condições atuais da cultura. Como já foi exposto no segundo capítulo, a sociedade oferece condições precárias para a manutenção do casamento, de modo que as separações são freqüentes.

Na realidade, as condições da cultura são precárias, tanto para a manutenção quanto para o término do casamento. Como o casamento considerado bem sucedido é aquele que se mantém até a morte de um dos cônjuges, a sociedade acolhe somente a dor dos viúvos e das viúvas. As pessoas entendem que um casamento desfeito apenas quando um dos parceiros morreu era uma união relativamente feliz, sendo legítimo lamentar sua perda. Os viúvos têm aprovação social para mostrar publicamente sua dor. Um fato que ilustra essa situação é o ritual do velório e do enterro, ocasiões em que as expressões de dor são aceitáveis e até estimuladas (KASLOW; SCHWARTZ, 1995).

No caso do luto decorrente da separação, não há um suporte social organizado, que ofereça acolhimento e proteção, para ajudar as pessoas na elaboração da perda (MALDONADO, 2000). No momento da legalização da separação, não existe uma cerimônia pública onde os parentes, amigos e membros da comunidade expressem sua solidariedade. No tribunal, as pessoas estão acompanhadas somente de seus advogados, de modo que se sentem sozinhas e desamparadas (KASLOW; SCHWARTZ, 1995). Enquanto o ritual do casamento é pomposo, o ritual da separação é cruel. No divórcio, a assinatura de papéis liquida o assunto

(DUCATI, 2005).

Segundo Maldonado (2000), o divórcio é o último nível da decisão de se separar. Antes de decidir pela separação legal, as pessoas concretizam a separação, passando a viver em casas separadas. Podemos pensar então que a legalização da separação é um amadurecimento da decisão de se separar, ou seja, uma etapa importante da elaboração da perda. Além do divórcio, a retirada das alianças também pode ser considerada um ritual de que as pessoas dispõem para elaborar o término do casamento, tendo a autora registrado que

Tirar a aliança é também um aspecto importante desse processo, sentido de maneiras diferentes pelas pessoas. A aliança é o símbolo visível do compromisso do casamento, revestido de forte significado para algumas pessoas. Há quem tire a aliança na etapa final do casamento, até como um modo de confirmar a decisão de separar-se; há quem continue usando a aliança tempos depois da separação “por não ter ainda se acostumado com a idéia” ou como escudo protetor, que confere respeitabilidade; há quem devolva a aliança ao parceiro; há quem a guarde indefinidamente ou a transforme em jóia (MALDONADO, 2000, p. 132).

O processo de elaboração da perda do casamento reflete-se também na disposição para apegar-se a objetos que representam o laço conjugal ou deles livrar-se. Ducati (2005) considera que a reposição do antigo pelo novo, a limpeza, a nova pintura da casa podem auxiliar o trabalho de luto decorrente do rompimento de um vínculo amoroso. A sociedade, entretanto, carece ainda de rituais que ajudem as pessoas na vivência da separação, uma vez que não internalizou a contingência das separações como algo que faz parte do casamento contemporâneo.

Costa (2006) diz que, apesar de os regimes de casamento previstos pela lei brasileira representarem um reconhecimento prévio da possibilidade de separação, isso não significa uma aceitação expressa desta realidade. Podemos observar que as pessoas negam o grande potencial de separação que um relacionamento conjugal apresenta. Aragão (1999, p. 61) afirma que o divórcio não tem ainda uma dimensão de normalidade social, pois existe a influência de “uma moralidade que considera tanto o homem como a mulher descasados (e

sobretudo essas) como entes mobilizadores de desordem social”. Como já foi dito anteriormente, a sociedade precisa de referências para separações bem sucedidas.

De acordo com Kehl (s/d), o término de um casamento não significa necessariamente o rompimento do vínculo amoroso. Se a separação for bem conduzida, o vínculo amoroso pode ser sublimado, de maneira que os ex-parceiros se tornam amigos. Desde que o narcisismo não seja um impedimento, o vínculo de amor pode ser apaziguado, perdendo seu caráter erótico. Násio (1997, p. 63) diz que desinvestir a representação psíquica do ser amado consiste em “retirar-lhe o seu excesso de afeto, reposicioná-la entre as outras representações e investi-la de outra forma.” Com o processo de luto, a pessoa enlutada não deixa de amar o ser perdido, mas começa a amá-lo de outra forma, sem um apego demasiado.

Esse ideal de separação proposto por Kehl (s/d) não condiz freqüentemente com aquilo que podemos observar no cotidiano. Muitas vezes, a pessoa separada não consegue transformar o vínculo com o ex-parceiro em uma relação de amizade. Conforme já foi exposto no presente capítulo, existem vínculos que se cristalizam no ódio e no desejo de vingança. Wallerstein e Kelly (1998, p. 179) mencionam “homens e mulheres que continuavam enraivecidos com os ex-parceiros, parecendo imunes à passagem do tempo”.

Brown (1995) afirma que ex-cônjuges que brigam constantemente, envolvendo seus filhos em seus desentendimentos, estão entre aqueles que jamais lidaram com o sofrimento gerado pelo término do casamento. Em função disso, tendem a repetir antigas conexões e reações emocionais na medida em que precisam manter contato um com o outro, especialmente quando há filhos envolvidos. Maldonado (2000) considera que o vínculo pode manter-se pelas brigas, pelo ódio e pela provocação, de modo que não se chega a um acordo sobre a divisão dos bens, a pensão e o esquema de visita aos filhos.

A autora citada enfatiza que, muitas vezes, o ex-parceiro funciona como uma confortável tela de projeção, criando a ilusão de que ele foi o único responsável pelo fracasso

do casamento. Atribuindo ao ex-cônjuge a culpa pela separação, não é possível perceber a própria parcela de responsabilidade no término do casamento. A autora registra que

Não é fácil deixar de brincar de mocinho e bandido e passar da cômoda postura da queixa para a responsabilidade de encarar e enfrentar as próprias dificuldades. Acusar o ex-cônjuge da desgraça e da ruína da própria vida (...) é a recusa de assumir a responsabilidade pelo que está fazendo consigo mesmo. O outro fica como a figura malévola, a pessoa fica impotente, sofrendo passivamente as conseqüências de uma situação da qual acredita não ter participado (MALDONADO, 2000, p. 109).

Para Maldonado (2000), quando a pessoa separada enfrenta a dor de refletir sobre si mesma, começa a perceber com mais clareza o quanto contribuiu para o casamento não funcionar. Brown (1995, p. 330) comenta que “o divórcio emocional é um processo árduo e ativo que envolve a aceitação dos próprios erros e o conhecimento emocional de que poderíamos ou não ter feito o casamento funcionar.” Wallerstein e Kelly (1998) associam a oportunidade de o divórcio ser um recomeço efetivo à capacidade de perceber, a partir do relacionamento fracassado, as mudanças pessoais necessárias para melhorar a qualidade de vida.

A pessoa separada pode tornar crônica uma postura de vítima acusadora, construindo uma vida de infelicidade permanente, ou parar de projetar suas próprias limitações e dificuldades no ex-parceiro. Essa última atitude possibilita uma preparação para novas ligações, ou seja, para a construção de novos vínculos afetivos (MALDONADO, 2000). A diminuição da hostilidade é um sinal da desvinculação. Wallerstein e Kelly (1998) encontraram homens e mulheres que tinham pouca ou nenhuma hostilidade pelos ex-cônjuges, pois entendiam o divórcio como uma questão encerrada.

Quando o ódio e o ressentimento diminuem, pode surgir uma indiferença em relação ao ex-parceiro, o qual se torna uma espécie de *estranho familiar*. Muitas vezes, o antigo companheiro não provoca mais qualquer sentimento ou lembrança, de maneira que a pessoa separada não tem sequer recordações da época em que era casada. Quando entra em contato

com aquele com quem compartilhou tantos momentos, sente que está diante de um estranho que um dia já lhe foi familiar (MALDONADO, 2000). Como já mencionado, esse distanciamento em relação a alguém que já foi muito íntimo pode começar antes do término do casamento.

Existem, contudo, pessoas separadas que, ao invés de transformarem o vínculo amoroso em uma relação de amizade, continuam casadas. Segundo Brown (1995), essas pessoas não mudam a maneira de se relacionar com o ex-parceiro, ou seja, continuam compartilhando seus problemas pessoais com o ex-cônjuge e interferindo diretamente em seus problemas cotidianos. A autora afirma que

Freqüentemente, esses casais jamais instituem os procedimentos de divórcio, permanecendo “casados, mas não casados”. Quando isso acontece, qualquer movimento de um deles em direção à arena social é experienciado pelo outro como uma ameaça, se não ao ex-parceiro, então aos filhos (BROWN, 1995, p. 330).

Refletindo ainda sobre a manutenção de aspectos do casamento, podemos constatar que existem pessoas que se separam, mas continuam se relacionando sexualmente com seus ex-parceiros, na tentativa de suavizar o impacto da separação. Se por um lado, tentam terminar o vínculo, por outro, tentam mantê-lo por algum tempo até se adaptarem à nova situação. Essa adaptação é, na verdade, o que possibilita transformar o vínculo amoroso em amizade. “Quando ambos conseguem ficar bem na reconstrução da vida, há até a possibilidade de preservar um vínculo de amizade e de afeição que, muitas vezes, permanece após novo casamento de um ou de ambos” (MALDONADO, 2000, p. 271).

Quanto à reconstrução da vida, Féres-Carneiro (2003) enfatiza que o processo de dissolução da conjugalidade leva à reconstrução da identidade individual. Enquanto a identidade conjugal se desfaz gradativamente, os ex-cônjuges precisam redefinir suas identidades individuais. Conforme Porchat (1992), no rompimento do laço conjugal, os aspectos de si mesmo que foram projetados no parceiro são reintrojados, voltando a seu lugar de origem. Maldonado (2000) cita a necessidade de recuperar esses aspectos,

especialmente quando a pessoa não tinha uma identidade própria. Existem pessoas que, na tentativa de conviver com o parceiro, ficam amorfas, despersonalizando-se e retirando-se da vida.

Brown (1995) também ressalta que, no divórcio emocional, existe a necessidade de resgatar o senso de eu e os objetivos pessoais de vida. Em outras palavras, é preciso responder à seguinte pergunta: “quem sou eu?” Segundo Matarazzo (1996), a tendência da pessoa separada é responder quem *era*, ao invés de quem *é*. Há pessoas que se separam e se sentem sem identidade, precisando se redescobrir, se redefinir. Maldonado (2000) diz que, durante a reconstrução da identidade, é comum sentir-se estranho. Afinal, a pessoa separada perde muitos referenciais conhecidos, o que pode provocar uma mistura de depressão e de euforia.

Refletindo sobre a perda de referenciais, podemos imaginar o quanto o processo de reconstrução da identidade é difícil para a mulher que sempre viveu em função do casamento. Wallerstein e Kelly (1998) fazem menção a mulheres cuja auto-estima era determinada exclusivamente pela instrução, pela profissão e pela renda do marido, o que tornou complicada a adaptação ao divórcio. Peck e Manocherian (1995, p. 314) lembram que “começar de novo como uma pessoa solteira é muito difícil, particularmente quando não existe um senso de identidade claro à parte dos papéis dentro do casamento”.

Cain (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995) comenta que a maioria das mulheres com mais de 60 anos não teve tempo ou disposição para questionar se estava auto-realizada ou pronta para realizar seu potencial, uma vez que estava comprometida com o cuidado da casa e dos filhos. Podemos incluir essas mulheres entre aquelas pessoas para quem o casamento é fator de embotamento e fenecimento. Maldonado (2000) considera que existem pessoas que fazem do casamento uma espécie de pacto com a morte, na medida em que se retraem, ficando alienadas de si e do fluxo da vida. Para elas, a separação pode significar um retorno à vida, ou melhor, um reposicionamento no sentido de escolher viver de novo.

Peck e Manocherian (1995) mencionam que o divórcio pode estimular o crescimento pessoal de uma forma que não era possível durante o casamento. Muitas mulheres experimentam um senso de competência e de bem-estar, pois se sentem autônomas pela primeira vez na vida. Como exemplo desse sentimento de autonomia experimentado pelas mulheres em decorrência de suas separações, podemos citar a pesquisa desenvolvida por Baruch, Barnett e Rivers (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995, p. 133) cuja amostra foi constituída de mulheres divorciadas há mais de um ano, que trabalhavam fora e tinham entre 35 e 55 anos. “Elas tendiam a ter um forte sentimento de crescimento pessoal e de competência, uma sensação de domínio e de “serem donas” de suas próprias vidas.”

Além desta vivência gratificante de liberdade, Féres-Carneiro (2003) enfatiza também que as mulheres separadas descrevem sentimentos de maior responsabilidade e de auto-valorização. Enfim, parece que a separação pode levar à recuperação da auto-estima, principalmente quando o trabalho funciona como fonte externa de apoio para auto-imagem. É possível resgatar o sentimento de auto-estima através da competência no trabalho (KASLOW; SCHWARTZ, 1995). O reflexo dessa situação pode ser a mudança da aparência, de modo que a pessoa separada rejuvenesce e fica mais bonita, mostrando disposição e vitalidade (MALDONADO, 2000).

Por outro lado, existem pessoas que se desmazelam por completo, rendendo-se à depressão, ao tédio e ao desânimo (MALDONADO, 2000). Nesse contexto, a solidão pode ser entendida como um fator que prejudica ainda mais a adaptação ao divórcio. Féres-Carneiro (2003) diz que homens e mulheres ressaltam a solidão como uma dificuldade a ser enfrentada após a separação. Wallerstein e Kelly (1998, p. 178) mencionam que “a solidão profunda era surpreendente tanto nos homens quanto nas mulheres”.

Além de sentimentos de solidão, mulheres que já estão na meia-idade ou em idade mais avançada podem ter ressentimentos por terem sido rejeitadas “depois de terem investido

seus melhores anos, e a época em que certamente eram mais atraentes e desejáveis, no casamento, na família e na carreira do marido” (KASLOW; SCHWARTZ, 1995). Para essas mulheres, a carreira foi o casamento, de maneira que se sentem despreparadas e perdidas no processo de refazer a vida. Algumas dessas mulheres, todavia, conseguem vivenciar esse processo com garra e criatividade, descobrindo novas direções e possibilidades (MALDONADO, 2000).

Apesar do sofrimento e da dificuldade de adaptação, a separação tem um caráter transformador, na medida em que possibilita o resgate de aspectos de si mesmo e a reconstrução da vida. A separação é uma oportunidade de crescimento pessoal e de reencontro com a vida, mas pode também significar estagnação, uma vez que é possível a pessoa separada se entregar ao ressentimento e à mágoa, deixando de buscar novos caminhos que podem ser trilhados.

4. OBJETIVOS E METODOLOGIA DO ESTUDO

4.1. OBJETIVOS

4.1.1. Geral

→ Investigar o processo de luto vivenciado pelas mulheres em decorrência do término de suas uniões amorosas, sejam elas oficiais ou consensuais.

4.1.2. Específicos

- Identificar os sentimentos das mulheres logo após a separação e no momento atual;
- Compreender como se deu o processo de reconstrução da identidade individual nas mulheres separadas;
- Analisar a relação das mulheres separadas com seus ex-parceiros;
- Verificar as perspectivas das mulheres em relação aos possíveis desacertos que não gostariam de repetir em outros relacionamentos;

4.2. METODOLOGIA

4.2.1. Participantes

Com o intuito de descrever o perfil das entrevistadas, foram consideradas as seguintes variáveis: idade, nível de escolaridade, formação profissional, duração do casamento, número de filhos, tempo de separação, se tomaram ou não a iniciativa de se separar e se queriam ou não a separação.

Foram entrevistadas oito mulheres separadas, que não haviam vivenciado ainda a experiência do recasamento. Esse critério de escolha das participantes foi baseado no pressuposto de que o luto decorrente do término do primeiro casamento é frequentemente mais doloroso do que aquele vivenciado em decorrência do rompimento de uma união subsequente. Segundo Maldonado (2000, p. 136), “para a maioria das pessoas que passaram por vários casamentos, a primeira separação é a que dói mais. (...) Em outras passagens de vida semelhantes, acredita-se mais na possibilidade de resolução”.

A faixa etária das mulheres entrevistadas variou entre 38 e 66 anos, sendo a média de idade de 49 anos. As participantes pertenciam às camadas médias da população e residiam em duas grandes capitais: Recife e Rio de Janeiro. Quanto ao grau de escolaridade, a participante mais velha era a única do grupo que não tinha nível superior. Conforme o quadro abaixo, todas as entrevistadas tinham um ou dois filhos com seus ex-parceiros.

Quadro nº 1 – Caracterização das participantes:

	Idade	Nível de escolaridade	Formação profissional	Nº filhos
Zilá	41 anos	Superior	Antropóloga	2
Fernanda	45 anos	Superior	Química Industrial	1
Vick	62 anos	Superior	Assistente Social	2
Simone	40 anos	Superior	Psicóloga	1
Camila	44 anos	Superior	Assistente Social	2
Silvia	66 anos	2º grau incompleto	-	1
Márcia	53 anos	Superior	Desenhista Industrial	2
Carla	38 anos	Superior	Administradora	1

Fonte: Entrevistas das participantes.

Observando o quadro nº 2, podemos constatar que somente duas mulheres não tomaram a iniciativa no processo de separação. Notamos também que três entrevistadas não queriam a separação.

Quadro nº 2 – Caracterização das participantes:

	Duração Do casamento	Tempo de separação	Iniciou a separação?	Queria a separação?
Zilá	14 anos e 7 meses	3 anos e 3 meses	Sim	Sim
Fernanda	17 anos	2 anos	Não	Sim
Vick	10 anos	26 anos	Sim	Não
Simone	18 anos	2 anos e 6 meses	Sim	Sim
Camila	13 anos	1 ano e 2 meses	Sim	Sim
Silvia	24 anos e 11 meses	20 anos	Sim	Sim
Márcia	26 anos	8 anos	Não	Não
Carla	7 anos e 6 meses	4 anos	Sim	Não

Fonte: Entrevistas das participantes.

É importante mencionar que as mulheres entrevistadas não se mostraram resistentes a participar da pesquisa, demonstrando interesse pelo tema e pelos resultados que poderiam ser obtidos. Deve-se também salientar que as participantes receberam nomes fictícios, visando à preservação de sua identidade.

4.2.2. Instrumentos

Foram realizadas entrevistas, compostas de 10 perguntas, que abordavam questões relacionadas ao tema da pesquisa, assim como dados pessoais das participantes (ANEXO I).

4.2.3. Procedimento de coleta de dados

As entrevistas foram realizadas nos domicílios das participantes ou em algum espaço disponível em seus locais de trabalho. As entrevistadas foram informadas sobre o conteúdo da pesquisa de maneira clara e objetiva, ficando a seu critério a decisão de participar do estudo. Os registros das informações necessárias e relevantes para a pesquisa foram escritos e gravados mediante consentimento das participantes, que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO II).

Algumas entrevistadas foram recomendadas por pessoas próximas. Essas entrevistadas, por sua vez, indicaram possíveis participantes e assim por diante, formando uma *amostragem por bola-de-neve*, na qual a mulher interpelada é a intermediária entre o pesquisador e as próximas entrevistadas (TURATO, 2003).

4.2.4. Procedimento de análise dos dados

Os dados das entrevistas foram analisados qualitativamente e comparados com a literatura que aborda o tema da pesquisa. Foi utilizada a Técnica de Análise de Conteúdo, especificamente a Análise Temática, que “consiste em descobrir os *núcleos de sentido* que compõem uma comunicação cuja *presença* ou *frequência* signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado” (MINAYO, 2004, p. 209).

5. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este capítulo consiste na apresentação e na análise dos principais dados, obtidos através da gravação das entrevistas. Após a gravação, os depoimentos foram transcritos, permitindo a realização de leituras flutuantes. A partir daí, os temas puderam ser destacados por relevância e/ou repetição, de maneira que os dados ficaram organizados em categorias de análise. Dessa forma, foi possível discutir os resultados, que são apresentados com citações ilustrativas das falas das participantes e associados à literatura sobre o assunto.

Foram analisados os seguintes temas: 1) sentimentos logo após a separação; 2) sentimentos atuais em relação à separação; 3) perspectivas das mulheres sobre as causas da separação; 4) mudanças decorrentes da separação; 5) relação das mulheres com seus ex-parceiros; 6) considerações das mulheres sobre os possíveis desacertos que não gostariam de repetir em outros relacionamentos;

5.1. Sentimentos logo após a separação

Conforme vimos no terceiro capítulo, o trabalho de luto pode começar antes do término do casamento, de modo que a separação é o resultado da morte lenta de laços mantidos durante longo tempo (CARUSO, 1989). A separação pode significar que o casal trilhou o caminho oposto ao da intimidade, deixando de vivenciar a conjugalidade, ou melhor, a realidade comum do casal (DUCATI, 2005).

Durante esse processo, é comum que um ou ambos os parceiros tentem salvar o casamento. Assim, a decisão de se separar pode ser tomada depois de inúmeras tentativas para revitalizar o vínculo amoroso (KASLOW; SCHWARTZ, 1995; MALDONADO, 2000). O

processo de separação pode ter sido uma idéia maturada ao longo do tempo por quem o iniciou. Segundo Kelly (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995), aquele que opta pela separação sofre um estresse maior antes do término do casamento. Como mencionamos anteriormente, quem decide pela separação, depois da ansiedade provocada pela tomada de decisão, está mentalmente preparado para vivenciar esta situação.

Considerando o período de tomada de decisão como o mais difícil para quem o vivencia, é possível entender a euforia e os sentimentos de alívio que predominam freqüentemente em pessoas que deram início ao processo de separação. Conforme Maldonado (2000), tais sentimentos derivam do fato de a pessoa separada ter se libertado de uma situação opressora. Os relatos abaixo sobre os sentimentos logo após a separação confirmam o que expusemos até o momento.

Ah! Eu senti a sensação de liberdade que é algo im-pa-gá-vel! Pode ter certeza que eu era a mulher mais feliz do mundo. A minha terapeuta olhava pra mim, nós dávamos gargalhadas. (...) Fazia muito tempo que eu queria me separar...mas eu não tinha coragem.(...) Até que chegou um ponto que eu passei praticamente os últimos dois anos sem falar com meu marido dentro de casa. (...) Então, a sensação, volto a dizer, foi de liberdade. (Zilá, 41 anos)

Alívio, alívio, um sentimento de liberdade, né? Porque...eu tentei muito, Vanessa...chegar a conversar. (...) Parecia que só eu tava na relação, que ele encontrava tudo maravilhoso. (...) Então, assim...eu sinalizei demais. (Camila, 44 anos)

Esses sentimentos de alívio, que evidenciam uma preparação para o término do casamento, podem estar mesclados com outros sentimentos, de forma que a separação não deixa de ser uma experiência dolorosa (PORCHAT, 1992). Para Maldonado (2000), com o decorrer do tempo, a culpa e a tristeza podem emergir, pois surgem as lembranças dos bons momentos, ou melhor, a saudade daquilo que não foi possível manter.

Apesar de você saber que não dá...mas é uma separação, né? E dá...um luto mesmo, né? Assim...mas, no fundo, eu tava muito me sentindo livre. A sensação era essa: livre. (Camila, 44 anos)

O primeiro momento é de alívio, né? Primeiro mês, né? De alívio. Depois...dor, né? (...) Eu gostava. Eu gostei até pouco tempo atrás. É difícil tirar uma pessoa da vida da gente. Não é fácil. Quando você gosta, não é fácil. (Carla, 38 anos)

Analisando os depoimentos acima, percebemos que a iniciativa de separação (quadro nº 2) não isentou essas mulheres de vivenciarem a dor que tal situação provoca. Além disso, é interessante notar que outros relatos não confirmaram a suposição de que aquele que inicia o processo de separação está mentalmente preparado para enfrentá-la. Nos relatos seguintes, verificamos que as mulheres, impelidas pela descoberta de uma relação extraconjugal, podem dar início ao processo de separação, mesmo não estando preparadas para lidar com o término do casamento.

E apareceu também aí...pessoas na relação, né? Com ele...que eu descobri. Então, eu tive a iniciativa nesse momento de me separar. (...) E foi pra mim um momento de muito sofrimento porque havia...uma questão de amor, da minha parte pelo menos, né? Envolvida...na relação. (...) Embora eu estivesse deixando ele, mas eu me sentia...um sentimento de abandono. Entendeu? Uma perspectiva de solidão...né? Futura...eu e minha filha sozinhas, sem o pai. (...) Você vê cair por terra um sonho que você...criou, né? Que você imaginou, uma vida que você imaginou. (...) O não dar certo o casamento que você imagina, que você cria...Enfim, nesse sentido aí foi...complicado. (Vick, 62 anos)

A iniciativa foi minha, né? Porque ele arrumou outra mulher, teve outro caso. (...) Ele foi meu primeiro namorado. (...) Então, embora eu seja independente, sempre estudei, sempre trabalhei, sempre estava atualizada, mas me senti totalmente perdida. (...) No momento, eu fiquei muito abalada, muito...Não foi um casamento que veio se desgastando. Foi um casamento que era excelente e a gente não era só marido e mulher, a gente era amigo, companheiro, entendeu? Conversava muito, compartilhava muito: tudo da casa, tudo das nossas vidas, né? Construímos uma vida juntos. (...) Se não fosse a minha família e minhas amigas, eu tinha ou morrido ou

enlouquecido. (...) Porque foi um susto...entendeu? (...) Era tudo muito compartilhado. (Simone, 40 anos)

Contrastando com os depoimentos anteriores, esses relatos evidenciam a possibilidade de o período pós-separação ser marcado pela ausência de sentimentos positivos, podendo ser uma vivência de desesperança. Essas participantes discorreram somente sobre a dor que sentiram após a separação, demonstrando não possuir nenhuma perspectiva positiva naquele momento. Conforme foi mencionado no terceiro capítulo, a dor da separação está relacionada ao abalo dos aspectos simbióticos, o que provoca, muitas vezes, a angústia da morte, da solidão, da loucura (MALDONADO, 2000).

No segundo relato, esse abalo dos aspectos simbióticos fica evidente, pois a participante enfatiza que “era tudo muito compartilhado”, afirmando que poderia ter morrido ou enlouquecido caso não tivesse recebido o apoio de pessoas queridas. De acordo com Porchat (1992), a dor da separação é a dor da constatação da impossibilidade de se reaver o paraíso simbiótico inicial do ser humano (relacionado ao útero materno), ou seja, de se obter uma satisfação emocional advinda da indiferenciação.

Além de ressaltar a perda do parceiro, o primeiro relato aponta para a perda do ideal de amor, uma vez que a participante fala sobre seu sonho que “caiu por terra”. Segundo Maldonado (2000), a separação acaba com a ilusão que vem da infância e dos contos de fada. Além disso, é interessante lembrar que, na modernidade, a literatura romanesca era dirigida às mulheres. No primeiro capítulo, vimos que o século XIX foi o período romântico da literatura, de maneira que a leitura de novelas sentimentais propiciava a idealização do amor e do casamento (D’INCAO, 2006). Os resquícios dessa idealização, que inclui a indissolubilidade do vínculo amoroso, estão ainda presentes na contemporaneidade.

Comentando ainda o primeiro relato, é importante ressaltar que a iniciativa de separação não livrou a participante do sentimento de abandono. Apesar de a entrevistada ter

deixado o parceiro, ela sentiu-se abandonada e teve uma perspectiva de solidão. Dessa forma, é possível pensar que os cônjuges que iniciam o processo de separação podem estar despreparados para enfrentar a situação. Quanto aos cônjuges que não tomam a iniciativa, podemos notar nos relatos abaixo que, da mesma forma que os iniciadores, eles podem estar ou não preparados para o término do casamento.

Teve várias etapas a separação. (...) Nessa etapa, eu tava triste. Mas, eu achava que era uma crise, que ia passar, que...a gente ia tentar resolver, que...as coisas iam melhorar. Sempre tinha uma certa esperança. (...) Depois, no segundo momento da separação, teve...saber que ele tava com uma outra pessoa. (...) Isso me deixou muito ameaçada, me deixou com a auto-estima muito baixa, me deixou muito triste, me deixou muito perdida, sabe? Eu namorava ele desde que eu tinha 16 anos. (...) A minha identidade era ligada a ele, não existia Márcia sem Carlos, só existia Márcia com Carlos. Então, isso me deixou muito sem chão. (...) Eu fiquei muito apavorada com isso também. (...) Eu tava com muita raiva. (Márcia, 53 anos)

Me senti tranqüila. Não me senti feliz...tá? Não era uma felicidade porque eu acho que nenhuma mulher tem essa intenção de se separar. (...) A gente tenta ter um companheiro, alguém, né? Mas, me senti assim tranqüila e...com forças, né? Com bastante força e bem determinada naquilo que eu queria mesmo. (...) Não passei por essa etapa de...de remorso, de querer voltar atrás. (Fernanda, 45 anos)

No primeiro depoimento, podemos observar que os momentos do período pós-separação assemelham-se a determinadas etapas descritas por Kübler-Ross (1998). Como já citamos anteriormente, tais etapas são: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação. Analisando o relato da entrevistada, notamos que, a princípio, ela nega a situação e está disposta a negociar. Depois, fica deprimida e sente raiva. Podemos perceber que cada um desses momentos é semelhante a alguma das etapas por que uma pessoa passa quando descobre que tem uma doença terminal. Quanto à aceitação, esse estágio aparece em outro momento da entrevista, a ser comentado na próxima categoria de análise. É válido lembrar

que, conforme acontece com essa participante, muitas pessoas passam pelos estágios sem seguir a ordem descrita por Kübler-Ross.

Refletindo ainda sobre o primeiro depoimento, podemos considerar que existem pessoas que, depois da separação, perdem a noção de quem elas são. Para essas pessoas, o término do casamento representa, além da perda do parceiro, a perda do senso de identidade. Afinal, elas se reconheciam através do olhar do parceiro amoroso (KEHL, s/d). A primeira entrevistada parece ser um exemplo dessa situação, pois declara que “não existia Márcia sem Carlos”, demonstrando que seu senso de identidade era construído através da relação com o ex-cônjuge.

No segundo depoimento, fica evidente que a participante queria a separação apesar de não ter sido a iniciadora do processo (quadro nº 2). Para Maldonado (2000), existem situações em que o desejo de separação não leva à iniciativa de se separar, pois o parceiro fica na expectativa de que o outro decida pelo término do casamento. Há pessoas que internalizaram a idéia de que devem continuar casadas a qualquer custo. A autora (2000, p. 93) afirma que, para estas pessoas, “a única alternativa será a de abrir caminho para que o outro execute a decisão”. Como podemos verificar no relato desta participante, o código de valores internalizado impede a iniciativa de separação.

*Foi um casamento infeliz...tá? E eu passei esse tempo todo achando aquela história: eu peguei o bonde errado, agora eu vou até o fim da linha.
(Fernanda, 45 anos)*

5.2. Sentimentos atuais em relação à separação

Na categoria de análise anterior, constatamos que o parceiro que não decidiu pela separação pode passar por estágios semelhantes àqueles comentados por Kübler-Ross (1998). Conforme já foi exposto, o último estágio a que se refere a autora é a aceitação. Essa etapa é

uma possibilidade, uma vez que nem todas as pessoas conseguem atingi-la. No caso das separações amorosas, tal possibilidade é corroborada pelo relato de algumas participantes.

Ah, a separação é algo completamente resolvido pra mim. (...) Eu acho que foi muito bom porque eu conheci um outro lado da vida. (...) Eu descobri uma coisa que é essencial: que a minha felicidade não dependia de eu tá casada ou não tá casada, que é uma coisa que anda comigo, sabe como é que é? Pra onde eu vou... (...) Eu me senti muito apoderada com isso, né? (...) Ser dona do meu nariz, dona da minha felicidade, dona das minhas coisas e...isso foi muito bom. (...) Hoje, eu olho lá pra trás, pra nossa crise, e não tenho mágoa, eu não tenho raiva, eu não tenho nada. Na hora, a gente sente. (...) Mas...eu entendo hoje de uma outra maneira, entendeu? (Márcia, 53 anos)

Em relação à separação, eu sou completamente resolvida, sabe? Não tem...não vejo ele com ódio, com rancor. Não vejo ele com raiva. É um colega, amigo, pai da minha filha. Se precisar de mim e eu puder ajudar, a hora que eu puder...Não tenho raiva da família, de ele já tá com a nenenzinha nova. Não tem problema nenhum...Eu tô assim completamente resolvida em relação à separação. Sem rancor. (Fernanda, 45 anos)

Nesses relatos, verificamos que o vínculo das entrevistadas com seus ex-parceiros não se cristalizou em ódio e perseguição, o que demonstra uma capacidade de desvinculação. No terceiro capítulo, afirmou-se que o ódio e o desejo de vingança significam uma dificuldade de se desvincular do ex-cônjuge, uma vez que a sobrecarga afetiva continua cristalizada na imagem do ser perdido. Conforme Maldonado (2000), o ódio é uma polaridade do vínculo ainda muito carregado de afeto; assim, podemos considerar que a raiva amenizada pode ser um dos primeiros sinais da desvinculação, o que possibilita “liberar” o ex-parceiro para uma nova vida.

Como vimos, Wallerstein e Kelly (1998) encontraram homens e mulheres que tinham pouca ou nenhuma hostilidade pelos ex-cônjuges, pois entendiam a separação como uma questão encerrada. A extinção de sentimentos hostis aparece nos depoimentos acima porque as participantes afirmam que não sentem raiva dos ex-parceiros. No segundo relato,

percebemos que a participante “liberou” o ex-cônjuge para a reconstrução da vida, pois ela declara não sentir rancor pelo fato do antigo companheiro ter constituído uma nova família.

No primeiro relato, a entrevistada fala do caráter transformador da separação. Além de dizer que foi muito bom conhecer “um outro lado da vida”, a participante comenta os sentimentos de autonomia que passou a experimentar em decorrência do término do casamento. Como já mencionamos, mulheres separadas podem ter uma forte sensação de domínio e de “serem donas” de suas próprias vidas. Sendo assim, a separação pode levar à recuperação da auto-estima, principalmente quando o trabalho funciona como fonte externa de apoio para a auto-imagem (KASLOW; SCHWARTZ, 1995).

Eu me separei numa idade que eu já tinha independência financeira, tinha um trabalho que eu gosto. Sou feliz profissionalmente. Então, essa oportunidade de...de viver sozinha, viver outras coisas, conhecer um outro lado da vida foi maravilhoso. (Márcia, 53 anos)

Nos próximos depoimentos, também constatamos que a separação é percebida como uma questão encerrada. Além do desaparecimento da raiva, a indiferença aparece como sinal de desvinculação.

A separação foi uma das melhores coisas que eu já fiz na minha vida. (pausa) Eu não lembro mais do tempo que eu era casada, não...Simplesmente se você me perguntar como é meu ex-marido, eu simplesmente eu deletei da memória. (...) Eu não sinto raiva nem amor nem nada...né? Eu acho que por uma barata eu sinto mais alguma coisa porque eu morro de medo de barata! Mas, por ele eu não sinto absolutamente... (...) Eu acho que eu já senti tudo que eu tinha que sentir e...não sinto. (Zilá, 41 anos)

Eu decide que eu não quero mais de jeito nenhum. Porque todo o amor que eu tinha por ele...se transformou em indiferença. Nenhum sentimento: nem raiva, nem ódio, nada mais. Não sinto nada por ele...mais, né? Por isso, eu não quis voltar. Então, aí por isso que eu... (...) decidi realmente me separar. Aí mandei a advogada separar a petição e mandei entregar a ele. (Simone, 40 anos)

Esses relatos demonstram que, quando o ressentimento diminui, pode surgir uma indiferença em relação ao ex-parceiro. No terceiro capítulo, foi mencionada a possibilidade de o antigo companheiro não provocar mais nenhum sentimento nem sequer lembranças da época do casamento. Ele torna-se um *estranho familiar* (MALDONADO, 2000). Como acontece com a primeira entrevistada, esse distanciamento em relação a alguém que já foi muito íntimo pode começar antes do término do casamento (p. 84).

No segundo relato, a legalização da separação aparece como mais um indício da elaboração da perda. Quando a participante se refere à legalização da separação, dizendo que decidiu realmente se separar, podemos pensar que o divórcio representa um amadurecimento desta decisão. O divórcio pode ser, portanto, uma etapa importante do processo de luto decorrente do término do casamento.

Conforme já foi visto, o luto decorrente da separação amorosa inclui a elaboração de muitas perdas ao mesmo tempo: da conjugalidade, do casamento e do parceiro idealizados e da família sonhada, entre outras (DUCATI, 2005). Nos depoimentos seguintes, as participantes ressaltam a perda do casamento, e não do parceiro propriamente dito, confirmando a definição de Freud (1917/1996) de que o luto pode ser a reação à perda de um ideal.

A gente escolhe casar porque quer viver junto de outra pessoa...né? E a gente pensa que vai ser pra sempre. Tem sempre essa ilusão. (...) Então, assim...o não dar certo é uma decepção...né? (...) De certa forma...dói quando a gente fala porque...(começa a chorar) a gente imagina que...vai ser uma coisa boa. Então, realmente é uma coisa dolorida. (...) Com ele realmente não daria...entendeu? A minha relação com ele não era boa e...ele é uma pessoa completamente diferente de mim. (...) Então, hoje eu não viveria com ele mais de jeito nenhum...né? Mas, o fato de não ter dado certo, o fato de não estar casada, o fato...isso realmente é ruim. (...) A gente faz uma projeção de...de felicidade. Então, a infelicidade dói, até quando a gente fala nela. (...) Não é porque amo, porque gosto, porque...(...) O sentimento não é da perda dele, é da perda do casamento. (Vick, 62 anos)

Hoje...tem uma carência grande, né? (...) De estar sozinha, né? De criar uma filha sozinha. (...) Eu gostaria de ter um casamento com ele bom, né?

Não queria que isso tivesse acabado, mas precisou acabar. Mas, é ruim. Eu acho ruim estar separada. (Carla, 38 anos)

No próximo depoimento, os sentimentos da entrevistada também estão relacionados ao término do casamento, e não à perda do companheiro. Ela enfatiza sua culpa em relação aos filhos por ter tomado a decisão de se separar. Segundo Weiss (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995), o iniciador do processo de separação pode sentir-se culpado pelo sofrimento que causou àqueles a quem deveria amar.

Em alguns momentos, eu penso que eu me precipitei...pelas crianças. (pausa) É...eu acho que eu fiz eles sofrerem muito. (se emociona, as lágrimas começam a descer) (...) Eu estou muito confusa em termos de sentimento. É...não, de sentimento eu não estou. Eu acho que eu... (pausa) Eu acho que eu amo o outro. Só que eu estou confusa ao valor que eu dei à minha relação, em ter separado naquele momento. (Camila, 44 anos)

A partir dessa declaração, podemos considerar que, apesar de o contexto sócio-histórico atual enfatizar a importância da realização pessoal, há mulheres que não conseguem se libertar da culpa pelo término do casamento. No segundo capítulo, foi exposto que a individualidade é um dos valores predominantes da contemporaneidade (ROSSI, 2003). Apesar disso, os valores tradicionais ainda estão presentes nas relações conjugais, de modo que a mulher continua se responsabilizando pelo casamento e pelos filhos (JABLONSKI, 1998). Para Porchat (1992), os sentimentos de culpa em relação aos filhos pela separação não foram eliminados, e sim reduzidos, pela necessidade de os pais serem felizes como indivíduos.

Considerando ainda que o luto decorrente da separação amorosa envolve a elaboração de muitas perdas, é interessante lembrar que a pessoa separada pode lamentar o fato de não ter mais contato com a família do ex-cônjuge. Turner (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995) afirma que, para pessoas de meia-idade, o rompimento de antigos vínculos com a família do ex-

parceiro pode ser terrivelmente doloroso se a relação era positiva e sincera. O relato abaixo corrobora os achados do autor.

Desde o momento que separei dele, a família toda separou, sem briga, sem nada. (...) A vida sozinha é muito difícil. (...) Eu sinto falta de família. Entendeu? Casa cheia. Tenho minha casa, mas minha casa não é movimentada. A minha maior tristeza é isso, entendeu? (...) Eu sofri muito, muito, muito com a minha separação. Talvez, não tivesse nem sofrido tanto se não houvesse essa...essa quebra assim total de família, entendeu? Porque eu convivi o tempo todo com a família dele. E houve isso. Então, você fica totalmente só. (Sílvia, 66 anos)

Separada há 20 anos, essa participante estava na meia-idade quando tomou a iniciativa de terminar o casamento. Analisando seus sentimentos atuais em relação à separação, percebemos que ela continua lamentando a perda do contato com a família do ex-cônjuge. Sentimentos de solidão podem ser entendidos como uma dificuldade a ser enfrentada após a separação (WALLERSTEIN; KELLY, 1998; FÉRES-CARNEIRO, 2003).

Além dos sentimentos de solidão, mulheres de meia-idade ou de idade mais avançada podem ter ressentimentos por terem sido rejeitadas depois de terem investido sua juventude no casamento e na família (KASLOW; SCHWARTZ, 1995). O depoimento a seguir confirma essa possibilidade.

Ele já estava demonstrando que...ele ia sair, que ele tinha outra vida, entendeu? Que ele tinha outra vida, que...Aí começaram telefonemas...Eu tinha que partir pra isso mesmo. Não tinha condição. Mal trato, né? (...) E eu moça era muito bonita, entendeu? E tratada. E...quer dizer em moça não aconteceu, aí agora, depois de uma certa idade... (Sílvia, 66 anos)

5.3. Perspectivas sobre as causas da separação

Conforme foi exposto no segundo capítulo, nos dias atuais, a coexistência de velhos e novos valores contribui para que homens e mulheres criem expectativas confusas e elevadas

em relação aos seus parceiros. Um exemplo que ilustra esta situação são as mulheres que defendem sua independência, mas ainda desejam um homem provedor (RAMOS, 2003). Dowling (2002) afirma que, para muitas mulheres, a necessidade de auto-suficiência não anula a necessidade de proteção.

Muitas mulheres procuram ainda um homem em quem possam se apoiar. Com a expansão do trabalho feminino, todavia, o que podemos observar é o aumento do número de homens que se apóiam em suas parceiras. Existem casamentos em que a mulher sustenta a casa, contrariando as expectativas e os condicionamentos sociais. Essa mudança dramática do funcionamento convencional gera tensões que podem se tornar insuportáveis, levando os casais à separação (MALDONADO, 2000). Nos relatos abaixo, as participantes apontam essa situação como um fator que contribuiu para o término de seus relacionamentos.

Eu estava me sentindo um...como é que eu gosto de dizer? Um instrumento de ação. Eu era a mulher que trabalhava, que bancava a casa, que cuidava dos filhos...e eu não era eu...né? (...) Homem pra mim tem que ser muito macho, tem que ser muito homem. Eu tenho que me sentir segura. (...) Não é mais, não é bem o príncipe encantado que eu quero. (...) No fundo, no fundo, todas nós mulheres procuramos um protetor...né? E todos os homens eles são...é...na verdade, predadores. No fundo, no fundo. A gente ofusca com a cultura, com os valores, com a sociedade, com tudo isso essas regras básicas de comportamento animal, mas, no fundo, no fundo, é isso que nós todas procuramos. (...) As mulheres querem um protetor. Não é o príncipe encantado, é o protetor. (...) O erro que eu não queria cometer é exatamente o de fazer o papel que eu acho que deveria ser do homem, que é o de protetor. (Zilá, 41 anos)

Eu trabalhava, ele trabalhava, mas...ganhava menos do que eu. E o dinheiro dele, ele tinha outras prioridades...do que botar pra casa, né? Contribuir financeiramente. E acabava que eu...sendo o suporte maior mesmo. E ainda cuidar da casa, dos filhos, né? Então, assim...aquilo ali eu me sentia muito sobrecarregada e...sozinha na relação. (...) Com as crianças, ele ajudava, né? (...) Mas, era a custo muito alto, de arenga, né? De eu chamar atenção direto, está sempre fazendo a cabeça dele pra que essa ajuda viesse. Aquilo ali ia desgastando, né? (...) Aí tinha época que eu deixava o trabalho, né? Mas, depois, voltava quando via que ele não dava conta. (Camila, 44 anos)

A partir desses depoimentos, podemos notar que as entrevistadas não estavam insatisfeitas somente pelo acúmulo de funções, mas também por acreditarem que, sustentando a casa, estavam desempenhando uma função masculina. Segundo Maldonado (2000), agir de forma contrária aos papéis sociais pré-estabelecidos é o mesmo que adotar um código não oficial. Essa situação contribui para a decomposição de um vínculo amoroso.

No primeiro depoimento, a participante afirma que o papel do homem deveria ser o de protetor, demonstrando que concebe o casamento como fonte de segurança. De acordo com Dowling (2002), muitas mulheres agem ainda como “cinderelas”, ficando sempre à espera de alguém mais forte para sustentá-las e protegê-las. Apesar de a participante declarar que não quer o “príncipe”, e sim o protetor, é possível imaginar que o “príncipe” é o protetor.

No segundo depoimento, a entrevistada diz que voltava a trabalhar quando percebia que o ex-cônjuge “não dava conta”, indicando que trabalhava porque não tinha alternativa. Além disso, ela reclama do fato de que precisava insistir para que o ex-parceiro a ajudasse no cuidado com os filhos. Ao mesmo tempo em que a participante se incomodava com a resistência do ex-cônjuge a cuidar dos filhos, ela própria resistia a trabalhar, demonstrando assim possuir expectativas confusas e elevadas em relação ao casamento. A partir dessa atitude ambivalente, podemos pensar que, de fato, existem mulheres que buscam ainda um provedor, pois entendem que o sustento da casa cabe ao homem. A permanência de valores tradicionais aparece também no emprego do verbo “ajudar”. Como foi mencionado anteriormente, na própria palavra “ajuda”, fica implícito que o cuidado da casa e dos filhos é uma responsabilidade da mulher, de forma que o homem é apenas um colaborador.

Refletindo ainda sobre a permanência de antigos valores, é importante ressaltar que a infidelidade dos ex-parceiros é apontada por algumas participantes como a razão pela qual a separação ocorreu. Os relatos a seguir confirmam essa realidade.

A separação ocorreu porque ele se apaixonou por outra pessoa. E isso

também não ficou claro logo de...de cara na nossa crise. Isso foi aparecer depois, muito depois que ele falou que tava cansado, entendeu? Então...o verdadeiro motivo é que ele estava tendo um relacionamento extraconjugal que eu não sabia, né? Então, o motivo que eu posso dizer é esse. (Márcia, 53 anos)

Desde que me casei que...é...meu marido...gostava muito de farra, bebia, fumava e...e farra, né? Primeira semana de casado, ele fez uma farra, me deixou só. Então, eu passei a vida toda nesse sistema. (...) Ela (a filha) conheceu um pai...é...farrista, né? Ela conheceu um pai que tinha outras relações fora do casamento. (Fernanda, 45 anos)

Em seus estudos, Féres-Carneiro (2003) verificou que as mulheres enfatizavam a traição por parte dos homens quando falavam sobre seu desejo de separação. De acordo com a autora, quando as mulheres falam da infidelidade masculina como uma das causas do término do casamento, ao mesmo tempo em que estão enfatizando que a traição masculina é mais aceita culturalmente do que a feminina, estão também explicitando que se tornaram amorosamente mais exigentes.

Nesta pesquisa, nem todas as participantes que foram traídas associaram o desejo de separação à infidelidade dos ex-parceiros. Nesses casos, a traição por parte dos ex-cônjuges aparece como o motivo da separação, e não como aquilo que explica o desejo de terminar o casamento. Na realidade, essas participantes queriam a separação porque não tinham uma vida sexual ativa com seus companheiros.

Eu queria a separação. Queria porque não estava...não tinha mais sentido...de ser, né? Não podia viver como marido e mulher sem sentir atração, sem sentir...vontade, né? Era mais um companheiro. (...) Eu não conseguia viver com ele como marido e mulher. (Fernanda, 45 anos)

Ah, vivíamos como irmãos, tinha que ser (a separação). Chegou o momento que vivíamos como irmãos. Não tinha condição, tinha que separar. (Silvia, 66 anos)

Esses relatos denunciavam que, independentemente daquilo que foi apresentado como causa do término do casamento, o desejo de separação provinha da descaracterização do laço conjugal. Em outras palavras, para essas mulheres, o vínculo amoroso perdeu seu caráter erótico. Conforme Maldonado (2000), essa situação é um fator que contribui para a procura de derivativos ou para a decisão de terminar o casamento.

Além da abstinência sexual, existem outros fatores que podem provocar o afastamento dos parceiros. Um exemplo são as diferenças de classe social, de educação e de interesses. Vejamos os próximos depoimentos.

Casei nova, com 24 anos. Eu estava terminando uma graduação. Minha intenção já era enveredar pela vida acadêmica. A dele não era... (...) Os meus interesses não eram os interesses dele. É...os meus gostos não eram os gostos dele. Começou a haver uma...um distanciamento muito grande entre o que eu era e o que ele era. (...) Hoje, eu percebo que os meus teóricos da Sociologia tinham razão. Você deve casar com uma pessoa de uma mesma classe, de uma mesma educação que você porque se não... não dá certo. (Zilá, 41 anos)

A separação aconteceu por divergências de...filosofia de vida, perspectiva, a questão também da...da noção de família, diferenças de educação...juntou muita coisa. Mas, basicamente, era assim...era o modo como ele via a vida e a questão familiar e a forma como eu via a vida e a concepção familiar. (...) Então, hoje, eu analiso e olho e digo assim: meu Deus do céu, como é que eu pude gostar deste homem? Como é que eu pude viver com este homem? Entendeu? O avesso do avesso do avesso. (Vick, 62 anos)

No primeiro depoimento, a entrevistada discorre sobre diferenças de educação e de interesses, que foram se intensificando devido à divergência entre a sua escolha profissional e a do parceiro. Para Kaslow e Schwartz (1995), se os cônjuges crescem em direções incompatíveis ou se apenas um deles cresce enquanto o outro fica estagnado, existe a possibilidade de o equilíbrio do casal ser rompido; logo, mudanças de interesses e de valores explicam o fenômeno de “distanciamento” que pode ocorrer em casamentos longos. Em outra categoria de análise, vimos que a entrevistada, que permaneceu casada por 14 anos (quadro nº

2), teve uma sensação de liberdade em decorrência da separação, pois os últimos dois anos de casamento foram marcados pela carência de diálogo (p. 71). Com o fim do casamento, ela sentiu-se livre de uma situação opressora.

O segundo depoimento também aponta para as diferenças de educação e de valores como fatores que contribuem para a separação. A participante demonstra também perplexidade por ter gostado de alguém tão diferente dela e por ter com ele compartilhado a vida. Segundo Maldonado (2000), quando uma pessoa se apaixona, não enxerga a importância de determinados aspectos do outro, incompatíveis com os seus, ou não atribui tanta importância a essas diferenças. A pessoa apaixonada tem uma *percepção seletiva* do outro, enxergando somente aquilo que lhe convém em dado momento. Depois que a paixão acaba, a lucidez desmancha todas as ilusões, trazendo a tristeza e a decepção.

5.4. Mudanças decorrentes da separação/ Reconstrução da identidade

No terceiro capítulo, vimos que o processo de dissolução da conjugalidade leva à reconstrução da identidade individual. Enquanto a identidade conjugal se desfaz progressivamente, os ex-parceiros precisam reconstruir suas identidades individuais (FÉRES-CARNEIRO, 2003). Dessa forma, a separação é uma oportunidade de resgatar aspectos de si mesmo e de estabelecer novos projetos existenciais. Os relatos abaixo corroboram essa possibilidade.

Eu cresci profissionalmente...entendeu? (...) Ele (o ex-cônjuge) me incentivava muito a estudar...a continuar meus estudos. Mas, eu vivia pela...ele, família, filho, casa. Ele era muito...cobrava muitas coisas e tal. Então, eu pude crescer mais. (...) Teve essa grande vantagem de...do meu crescimento profissional. Eu fiquei mais liberada, vamos dizer assim, pra isso...né? (Vick, 62 anos)

Eu não cuidava bem de mim e da minha vida. Então, eu passei a experimentar um sentimento de paz novamente. E aí eu foquei meu

trabalho, eu...melhorei profissionalmente. (...) Então, eu...pum! Dei uma atenção a um campo da minha vida que estava meio...estava desequilibrado porque eu...ele me desequilibrava emocionalmente. (Carla, 38 anos)

Eu sempre fui uma pessoa independente, né? (...) Mas, eu tinha vida de casada. Pra mim, era uma coisa muito importante. A minha vida com meu ex-marido e com a minha família era uma coisa que eu prezava muito, né? Eu me dedicava muito. (...) Muitas vezes, eu rejeitava algumas ofertas de viagens porque meu ex-marido já viajava muito, aí a gente quase nunca se encontrava. (...) Então, eu pautava a minha vida profissional em função de estar com ele, de manter a minha vida com ele. Quer dizer, eu fazia mais esse exercício até do que ele, né? (...) Quando a gente se separou, eu passei a aceitar os convites. Durante uma fase, eu aceitava qualquer convite. Parecia um caixeiro viajante. (Márcia, 53 anos)

A partir desses relatos, é válido lembrar o papel social da mulher na modernidade. No primeiro capítulo, afirmou-se que, com a industrialização, a mulher tornou-se a “rainha do lar”, de modo que a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso da vida familiar lhe era atribuída (PRIORE, 2005). Nos dias atuais, podemos observar os resquícios desse momento histórico, pois a mulher faz ainda um grande investimento afetivo no casamento e na família. As declarações acima confirmam essa realidade, uma vez que as participantes afirmam que, depois da separação, puderam investir mais em suas carreiras. Elas comentam que o casamento dificultava o seu crescimento profissional.

Por essa razão, podemos pensar que, para a mulher, a separação é uma oportunidade de investir mais em outros projetos existenciais. Conforme foi exposto anteriormente, à medida que a libido é desinvestida do objeto perdido, o trabalho de luto disponibiliza o ego para outras ligações (FREUD, 1917/1996). A mulher separada pode se dedicar a novos projetos de vida, reconstruindo sua identidade individual. Quanto ao resgate de aspectos de si mesma, os depoimentos a seguir ilustram essa oportunidade de crescimento pessoal.

Eu sempre fui uma pessoa alegre, uma pessoa assim muito dinâmica. E ele (o ex-cônjuge) me sufocava muito. Ele me tolhia muito, entendeu? (...) Vivia só em função disso (da casa), eu não tinha uma outra vida...entendeu?

Hoje, não. Eu tenho liberdade, eu tenho amigos. Tenho muitos amigos...entendeu? Ao passo que eu não podia falar com ninguém, não tinha...era muito sufocada...entendeu? (Sílvia, 66 anos)

Depois da separação, mudou tudo. Tudo, tudo, tudo, tudo...tudo. Foi um...uma mudança de 360 graus: a nível profissional, a nível...físico mesmo. Minha aparência mudou muito, tá? Eu era uma pessoa que não tinha gosto pela vida, né? Vivia por viver e por levar um casamento...né? Não me sentia bem. Engordei uns dez quilos, né? Problema de tireóide...Hoje, eu sei que o emocional descontrolou muito isso. (...) E recuperei tudo isso, a auto-estima. Recuperei tudo. Graças a Deus. Sou outra pessoa. (Fernanda, 45 anos)

No primeiro depoimento, podemos notar que a entrevistada não tinha um senso de identidade à parte do seu papel no casamento. Sendo assim, é importante lembrar que, de acordo com Cain (*in* KASLOW; SCHWARTZ, 1995), a maioria das mulheres com mais de 60 anos não teve tempo ou disposição para realizar seu potencial, pois vivia em função da casa e dos filhos. Para a maioria dessas mulheres, o casamento foi um empecilho para o crescimento pessoal, sendo um fator de embotamento e fenecimento. Para Maldonado (2000), existem pessoas que, na tentativa de conviver com o parceiro, ficam alienadas de si e do fluxo da vida. Em tais casos, a separação pode significar um reencontro com a vida, uma vez que existe a possibilidade de se recuperarem aspectos da própria identidade. No caso da entrevistada Sílvia, com a separação, ela teve a oportunidade de resgatar sua sociabilidade, criando um círculo de amizades. Segundo Féres-Carneiro (2003), muitas mulheres separadas enfatizam que, após a separação, começaram a ter uma vivência gratificante de liberdade.

No segundo depoimento, a participante declara que, depois da separação, mudou completamente. Ela diz que recuperou a vontade de viver e a auto-estima, o que refletiu na sua aparência. Conforme já foi visto, a mudança da aparência pode ser um reflexo da recuperação da auto-estima, de modo que a pessoa separada rejuvenesce e fica mais bonita (MALDONADO, 2000). Por outro lado, existem pessoas que, após o término do casamento, não apresentam mudanças relativas à reconstrução da identidade individual. Essas pessoas

demonstram que ainda não se adaptaram à nova situação civil ou que já haviam se adaptado antes da separação. Os relatos seguintes exemplificam essas situações.

Quando eu tive uma certa...digamos assim estabilidade financeira, aí comecei aos poucos a bancar tudo dentro da casa e ele assim desobrigado. E aí eu comecei a agir como se não fosse casada, não no sentido de procurar outros homens, mas no sentido de que todas as...as solenidades da universidade eu sempre fui só, né? Ele nunca...ele nunca foi na universidade. (...) Então, por exemplo, meus colegas de trabalho, ninguém conhece meu ex-marido. Eu sempre...acho que muitas pessoas achavam que era fruto da minha imaginação. (Zilá, 41 anos)

Por mais que a gente diga que vive no ano de 2007, que as pessoas têm uma cabeça avançada, isso é ilusão. A realidade é outra, é outra coisa totalmente diferente. Existe sim o preconceito, existe sim as pessoas olharem de lado. Existe tudo isso. (...) Hoje, eu vejo todas as minhas amigas...casadas...e me sinto assim fiquei praticamente sem amigas. (...) Eu fico desambientada. Imagine, eu nunca saía só. Não saía pra noite só, pra barzinho só, jantar só. “Só” que eu digo é sem ele do lado. Mesmo que eu vá com amiga...entendeu? Eu me sinto mal. Não tenho ainda essa cabeça não. É como se estivesse me expondo muito...entendeu? Eu acho que eu ainda estou numa fase assim de adaptação. Não estou adaptada não...completamente. (Simone, 40 anos)

Analisando os relatos acima, é fácil perceber que são antagônicos. Enquanto a primeira entrevistada já havia readquirido uma identidade de solteira antes da separação, a segunda ainda não havia redefinido sua identidade. De acordo com Brown (1995), a ausência da identidade de “solteira” pode transformar o planejamento de uma saída noturna em uma tarefa insuperável. Maldonado (2000) comenta que existem mulheres separadas que se sentem desvalorizadas por saírem sozinhas ou com amigos. Elas se envergonham de estar sem um homem ao seu lado. Frequentemente, o medo do que os outros pensam é uma projeção do que elas pensam sobre si mesmas. O segundo relato parece um bom exemplo dessa situação. Quando a entrevistada se sente desvalorizada pelas pessoas, é possível que esteja projetando os próprios sentimentos. Ela compara-se com as amigas, dizendo que estão todas casadas, e afirma que não tem ainda “cabeça” para sair sem o ex-parceiro.

É válido lembrar que, enquanto a primeira participante demonstrou que havia maturado a decisão de terminar o casamento (p. 71), vivenciando um luto antecipado, a segunda tomou a iniciativa de separar-se, impelida pela descoberta de uma relação extraconjugal do seu parceiro, embora ainda não estivesse preparada para o processo de separação. Essa participante afirmou que não morreu nem enlouqueceu porque teve o apoio de pessoas queridas (p. 72). Como já vimos, existem situações em que o trabalho de luto começa antes do desaparecimento do ser amado, sendo a dor da perda representada antes mesmo de a separação se efetivar. Em contrapartida, existem perdas tão repentinas que não há como o eu nomear a dor que elas provocam. A separação súbita é inassimilável pelo eu, que perde suas referências de espaço, de tempo e de identidade (NÁSIO, 1997). Em função dessas observações, podemos entender a discrepância entre os depoimentos das entrevistadas. Também é importante ressaltar que a segunda entrevistada tem menos tempo de separação do que a primeira (quadro nº 2).

5.5. Relação com os ex-parceiros

No terceiro capítulo, afirmou-se que o término do casamento não significa necessariamente o rompimento do vínculo amoroso. Se a separação for bem conduzida, o vínculo de amor pode transformar-se em uma relação de amizade. Desde que a ferida narcísica não seja um empecilho, o vínculo amoroso pode ser sublimado, perdendo seu caráter erótico (KEHL, s/d). O depoimento abaixo confirma tal possibilidade.

O relacionamento é bom, de amizade, amizade. No primeiro momento, foi muito difícil porque ele não queria. (...) Como eu deixei, abandonei e tal...ai...ele me tratava muito mal, né? Me chamava “aquela mulher, aquela mulher, aquela mulher”. Se referia a mim assim. Depois, aí eu tentei me aproximar dele por conta das filhas. Eu fiz essa reaproximação. Eu dizia a ele sempre isso, né? “Você tem duas filhas. Então, não é a mim que você...com essa atitude, você não vai atingir a mim, está pensando que vai

atingir...mas você vai atingir a elas.” (...) Então, eu fiz essa reaproximação por conta delas. (Vick, 62 anos)

Nesse depoimento, a participante faz referência ao narcisismo ferido do ex-parceiro. Em outra categoria de análise (p. 72), entretanto, vimos que ela também sofreu uma ferida narcísica, pois tomou a iniciativa de separar-se quando descobriu a relação extraconjugal do parceiro. Ela afirmou que, apesar de ter deixado o cônjuge, tinha sentimentos de abandono no momento da separação. Podemos notar que o narcisismo dos ex-cônjuges pode ter dificultado, mas não impedido, a transformação do vínculo conjugal em amizade. Os outros depoimentos, contudo, demonstram que essa situação não corresponde freqüentemente à realidade. Vejamos os próximos relatos.

Eu não tenho relacionamento. Só assim: às vezes, a gente troca e-mail, uma vez por ano, pra fazer imposto de renda. E...às vezes, a gente se encontra, por exemplo, ano passado teve um encontro porque teve o dia dos avós na creche do...nosso neto. E a gente se encontrou e...quer dizer, aí a gente se cumprimenta. Eu não tenho nenhuma afinidade, eu não tenho nenhuma amizade com ele, nenhuma, assim sentimento de amizade. (Márcia, 53 anos)

Um relacionamento em relação à filha só. Muito pouco. Cordialmente. (Fernanda, 45 anos)

A partir desses relatos, podemos pensar que o vínculo das participantes com os ex-cônjuges não se rompeu em função dos filhos em comum. No caso da primeira participante, além dos filhos, existe um neto que garante a sobrevivência do vínculo. Como já mencionamos, se os ex-parceiros tiverem filhos em comum, têm a probabilidade de ter contato pelo resto da vida, queiram ou não. Se cada um deles quiser continuar próximo dos filhos, esse contato é inevitável (KASLOW; SCHWARTZ, 1995).

Nos relatos acima, constatamos que o relacionamento das entrevistadas com seus ex-cônjuges é marcado por um distanciamento. Não existe hostilidade, mas também não existe

amizade. Por outro lado, no depoimento abaixo, percebemos a permanência do ressentimento. Apesar do aparente afastamento, a participante está vinculada à imagem do ex-parceiro pelo rancor.

Se dependesse dele, estava sempre ali...entendeu? Porque o parceiro sente sempre como se a gente fosse propriedade dele. E eu fiz muito por onde sair desse pensamento dele. (...) Se ele tem outra família...ele não é diferente de ninguém que separou. E ele quer se fazer de diferente quando não é. (...) Tudo que lembrava dele eu desfiz. Porque ele achava sempre como...de vez em quando queria ir lá, bater ponto, ver, como fosse...ainda, sabe? Porque homem gosta de ferir, gosta que você fique dependente, que você fique sofrendo. (...) Eu tive num aniversário que é meu, da minha família. (...) Eu digo: "se ele for, eu não vou,vocês escolhem." Porque, sabe? É mais um prazer dele ver que eu estou sempre sozinha, entendeu? (...) Eu achei que ele não tem que ver aonde eu estou. Se eu estou sozinha, se eu estou acompanhada, entendeu? Morreu, ele é outra família. (...) Só tenho contato quando vem aqui, quando vem aqui na casa da Ana (a filha), entendeu? (Silvia, 66 anos)

Kaslow e Schwartz (1995) afirmam que, com o decorrer do tempo, os ex-parceiros tornam-se menos ansiosos e irritados diante da inevitabilidade de um encontro. O último depoimento, entretanto, não confirma a afirmação das autoras. Apesar de estar separada há 20 anos, a entrevistada tem ainda ressentimentos em relação ao ex-cônjuge. No primeiro momento, ao ler seu depoimento, temos a impressão de que a separação ocorreu recentemente. Podemos observar que existem pessoas separadas que guardam cronicamente rancor dos ex-parceiros (MALDONADO, 2000). Wallerstein e Kelly (1998) mencionam homens e mulheres que pareciam imunes à passagem do tempo, pois continuavam enraivecidos com os ex-cônjuges.

Além da permanência da raiva, devemos considerar também que há pessoas separadas que mantêm com o ex-parceiro o mesmo padrão de relacionamento da época do casamento. Os relatos a seguir são exemplos dessa situação.

Eu considero o relacionamento bom, né? Cordial...mas, porque...eu não

exijo, entendeu? Financeiramente. Eu estou sendo muito conivente. Eu estou desempregada, gastei o dinheiro todinho já, né? E deixei ele livre, livre. (...) Eu noto que é muito bom, mas porque eu sou muito flexível também, né? Então, assim...eu que tenho que falar: “Roberto, vem ver mais os meninos. Adriana está chorando, está pensando, falando muito em você. Chegue mais perto.” Então, eu ainda continuo fazendo muito, né? A madura, a...ponderada, está entendendo, Vanessa? Mas, graças a Deus, não estamos no mesmo teto. Então...já me...não fica um peso tão grande. (Camila, 44 anos)

Não existe relacionamento. Eu pago pensão, né? Porque ele não queria sair, ele não tinha condição, essa coisa toda. Ai eu resolvi, na época, eu ganhava bem...e resolvi...que eu ia dar uma ajuda. Que ajuda foi essa? (...) Na hora da separação de corpos, em março, a juíza transformou isso em...alimentos. E eu convivo com isso até hoje. Eu estou tentando tirar agora. Já...fiz o pedido e ele já entrou com a ação, dizendo que precisa do dinheiro. E estamos em litígio, estou esperando a juíza marcar a audiência. (Zilá, 41 anos)

Conforme foi dito em outra categoria de análise (p. 81), enquanto estavam casadas, essas participantes assumiram a função de provedoras Além de cuidar da casa e dos filhos, garantiam o sustento material da família. Elas apontaram essa mudança no funcionamento convencional como um fator que contribuiu para o término de seus relacionamentos. A partir dos relatos acima, notamos a permanência das mesmas características vinculares do período do casamento, pois elas continuam sendo as únicas responsáveis pelo sustento dos filhos. No caso da segunda participante, além de prover os filhos, ela ainda ajuda o ex-parceiro a manter a própria subsistência.

No primeiro relato, a entrevistada declara que continua fazendo o papel da “madura”, pois insiste para que o ex-cônjuge tenha mais contato com os filhos. Como foi exposto anteriormente (p. 81), durante o casamento, ela já agia dessa maneira, uma vez que sempre tentava convencer o ex-parceiro a ajudá-la no cuidado com os filhos. Para Maldonado (2000), existem pessoas que, depois da separação, perpetuam aspectos do casamento, mantendo com o ex-cônjuge o mesmo padrão de relacionamento.

Considerando ainda a manutenção de aspectos do casamento, é importante lembrar

que há pessoas separadas que continuam se relacionando sexualmente com seus ex-parceiros, na tentativa de diminuir o impacto da separação. Elas tentam manter o vínculo por algum tempo até se adaptarem à nova situação. O depoimento seguinte corrobora tal possibilidade.

Ele (o ex-parceiro) era muito presente na nossa vida. Aí eu fui afastando, porque senão não ia conseguir me desvincular nunca dele. (...) Eu ainda namorei ele mais um ano. Depois, a gente ficou no rolo...de dormir junto, aquela...ficou no rolo. (...) Quando eu acabei com o rolo, eu percebi que (...) eu não cuidava bem de mim e da minha vida. (Carla, 38 anos)

Depois da separação, essa participante permaneceu “casada” com o ex-cônjuge. Além de continuar relacionando-se sexualmente com o ex-parceiro, mantinha outros aspectos do vínculo conjugal. Esses aspectos começaram a sofrer abalos quando surgiu uma “terceira pessoa”. Analisemos outra declaração da entrevistada.

A gente se deu ultra bem...até uns dois meses atrás. Muito bem. Só que entrou a terceira pessoa, né? (...) E ela está envolvendo meu ex-marido, está envolvendo e está fazendo ele tomar atitudes... (...) A gente tem conta conjunta até hoje. Porque eu que saco o dinheiro pra pensão da minha filha. Hoje, ele me entregou um documento pra acabar com a conta conjunta. Eu fiquei olhando assim pra cara dele... (...) Ela não tinha muita força junto a ele, mas como ela é muito malandra, ela agora conseguiu se apropriar...da situação e ela está começando a agir... (...) Acho que a gente vai pra justiça. (...) É muito triste porque a gente sempre foi amigo. (...) A gente era irmão, irmão, amigo...é...tudo. E acho...está quebrando. (...) Como é que a terceira pessoa tem força, né? Ela entra com força. Ela entrou devagarinho, mas agora ela está bombardeando. Está conseguindo. Fazer o que, né? Guardar o espaço... (Carla, 38 anos)

Quando a participante diz que precisa “guardar espaço”, podemos perceber que se sente ameaçada pelo novo relacionamento do ex-cônjuge. Além disso, reage a essa situação como se ainda fosse casada, uma vez que se refere à nova parceira do ex-cônjuge como “a terceira pessoa”. No terceiro capítulo, foi visto que existem ex-parceiros que permanecem “casados, mas não casados”, de maneira que qualquer atitude de um deles em direção à vida

social é vivenciada pelo outro como ameaça, ao menos aos filhos (BROWN, 1995).

5.6. Considerações sobre os possíveis desacertos na relação

Conforme já foi enfatizado, a pessoa separada tem frequentemente a ilusão de que o ex-parceiro é o único responsável pelo fracasso do casamento. Atribuindo ao ex-cônjuge a culpa pela separação, não é possível perceber a própria parcela de responsabilidade pelo término do relacionamento. Enquanto a pessoa separada projeta suas limitações no ex-parceiro, não percebe o quanto pode ter contribuído para a separação (MALDONADO, 2000). O relato abaixo ilustra essa dificuldade em reconhecer os próprios desacertos.

Sinceramente, do fundo do coração, não, não tem nenhum (desacerto). Já me auto-analisei, já perguntei onde eu errei...Não...não consigo encontrar. (...) Ele disse que ele...a culpa foi dele, entendeu? Que ele...como é que se diz? Deixou essa brecha...para essa outra pessoa. (...) E essa pessoa realmente entrou na vida dele e ele ficou cego. (Simone, 40 anos)

Quando indagada sobre os desacertos que não gostaria de repetir nos próximos relacionamentos, a participante afirma que não cometeu nenhum erro durante o período em que permaneceu casada. É interessante notar que ela diz que “a culpa foi dele”, isentando-se de qualquer responsabilidade pelo término da união. Segundo Maldonado (2000), essa postura de vítima mantém a pessoa separada impotente, sofrendo passivamente as conseqüências de uma situação da qual acredita não ter participado. A autora afirma que o reconhecimento da pessoa separada de que contribuiu para o casamento não funcionar possibilita uma preparação para a construção de novos vínculos.

O reconhecimento dos próprios desacertos pode ser observado nos próximos depoimentos.

Talvez, não ser tão apaixonada. Não ser...quer dizer, não idealizar tanto. (...) Isso também é um erro, né? (...) Eu idealizei, a gente idealiza muito. Mas, eu acho que eu idealizei muito porque era uma...vamos dizer, uma paixão de adolescência. Daquela que sonha com o castelo encantado, com a Branca de Neve, com a Cinderela, com o príncipe. E, hoje em dia, eu falo: poxa, eu fui Cinderela. Eu fui Cinderela. Eu casei com meu príncipe encantado por quem eu era apaixonada, eu tive filhos e vivi feliz pra sempre. Aí um dia acabou e, agora, eu comecei uma outra história, que eu não sei qual vai ser...como é que ela vai dar. É isso. (Márcia, 53 anos)

Referindo-se aos contos de fada, essa entrevistada fala sobre a idealização do amor como um erro que ela não gostaria de repetir em outro relacionamento. Como sabemos, o período romântico da literatura propiciava essa idealização no imaginário da mulher burguesa, apresentando o amor como um estado da alma e a escolha do parceiro como condição de felicidade (D'INCAO, 2006).

Nos dias atuais, a idealização do amor está também presente, sendo possível percebê-la, por exemplo, na publicidade, nas novelas, nas letras de música. No segundo capítulo, foi mencionado que os meios de comunicação falam de uma complementaridade recíproca perfeita como alvo primordial a ser alcançado na união amorosa. Na contemporaneidade, essa complementação é priorizada em detrimento da indissolubilidade ou longevidade do casamento. A transitoriedade é uma possibilidade aceita, de modo que a separação não parece tão catastrófica (PORCHAT, 1992).

No depoimento acima, a participante afirma que “foi Cinderela, casou com o príncipe e viveu feliz pra sempre”. Ela diz também que isso “acabou e ela começou uma nova história”. Desse modo, podemos constatar que, apesar de ter internalizado o ideal de indissolubilidade, ela aceitou a separação. Conforme verificamos em outra categoria de análise (p. 76), depois de passar por alguns estágios semelhantes àqueles descritos por Kübler-Ross (1998), essa entrevistada atingiu a aceitação, demonstrando que a dor da separação foi superada.

A partir desse depoimento, podemos perceber a coexistência de velhos e novos

valores. Por um lado, a participante aceita a transitoriedade de seu casamento, ficando disponível para novas ligações; por outro, demonstra a necessidade de manter no seu imaginário o ideal de indissolubilidade. Afinal, mesmo estando separada e considerando a idealização do amor um erro, declara que “viveu feliz pra sempre” com o ex-companheiro.

Considerando ainda a coexistência de antigos e novos valores, podemos refletir sobre os relatos a seguir.

Se eu pretendesse casar novamente...eu acho assim que...eu tentaria viver mais...Eu acho que eu me dediquei muito ao casamento...né? E à família. E me privei muito de muitas coisas em relação à mim. Então, isso eu não faria mais. Eu tentaria viver mais a minha vida...e aproveitar mais a minha vida. (...) De qualquer forma, eu já estou com 62 anos...né? Então, eu não ia...eu ia tentar ter um outro tipo de relacionamento. (Vick, 62 anos)

É engraçado, desacertos...(pausa) Ah, eu já sei, tem um: não ser a Super-Amélia...não ser a Super-Amélia. (...) Eu acho que eu extrapolei. Tudo foi o excesso. Entendeu? É a gente dar muito de si. Eu ensino muito à minha filha: dívida, dívida. (...) Não seja o excesso porque não dá certo. Entendeu? A gente estraga. O excesso em tudo estraga. (Sílvia, 66 anos)

Nesses relatos, as entrevistadas falam do papel tradicional que assumiram como um desacerto que elas não gostariam de repetir em outra relação amorosa. Podemos pensar que, por um lado, elas internalizaram um padrão de conduta tradicional; por outro, sofrem a influência dos valores do individualismo, uma vez que elas consideram que foi um desacerto a dedicação excessiva à vida doméstica. Como já foi dito, no mundo contemporâneo, ser feliz como indivíduo é uma das necessidades dominantes (ROSSI, 2003). Os ideais contemporâneos de relação conjugal enfatizam mais a satisfação de cada cônjuge do que a dependência entre eles (FÉRES-CARNEIRO, 1998). Em virtude dos valores individualistas, o papel tradicional da mulher aparece nos relatos acima como um desacerto.

No primeiro capítulo, foi exposto que esse papel social da mulher predominou até a primeira metade do século XX. Dedicando-se ao marido e aos filhos, ela fazia do casamento a

sua própria vida. Ela não tinha limites de *Self* bem definidos, pois seu modo de viver não possibilitava a diferenciação. Esse padrão de conduta era valorizado pela sociedade porque a única meta da mulher era a felicidade da família (PORCHAT, 1992).

Nos dias atuais, os ideais de relação conjugal valorizam a existência simultânea da individualidade e da intimidade. De acordo com Porchat (1992), o casamento caracteriza-se por exigências de difícil ajustamento. Se por um lado, os parceiros buscam liberdade de ser e de desenvolver-se pessoalmente, por outro, buscam total complementação e conhecimento um do outro. Os depoimentos seguintes mostram a dificuldade de ajustamento dessas exigências, pois as participantes priorizaram a conjugalidade em detrimento da satisfação pessoal.

Preservar mais a individualidade, Vanessa. Sabe? Eu acho que isso...eu queria muito conseguir. Tanto a minha como a dele, né? Acho que isso interferiu também. Eu acabei me anulando muito. (...) E eu não queria repetir, né? (Camila, 44 anos)

Não repetir...eu acho que me omitir. Eu me omiti muito. Muita coisa eu deixava passar...pra...conviver bem. Eu não falava, eu não reclamava, eu muitas vezes não fui à luta, não disse que não gostei, não queria, entendeu? Passei por cima de muita coisa...tá? Fez bem ao casamento, mas não fez bem pra mim. Eu me acabei... (Fernanda, 45 anos)

Apesar dos ideais individualistas estimularem a autonomia dos cônjuges, a primeira entrevistada declara que “se anulou muito”. Ela afirma que gostaria de preservar mais a individualidade em um próximo relacionamento. Por sua vez, a segunda entrevistada diz que “se omitiu muito”. Analisando esses depoimentos, podemos notar que, durante o casamento, as entrevistadas apresentaram características semelhantes àquelas que constituíam o perfil da mulher da primeira metade do século XX. No casamento tradicional, a boa esposa era aquela que se integrava à existência do marido, que se dedicava ao seu bem-estar e evitava discordar de suas opiniões. Ela não discutia, não se queixava, resignando-se em nome da manutenção

da felicidade conjugal. Ela era responsável pela paz doméstica e pela harmonia do casal (PRIORE, 2006).

A partir dos dois últimos depoimentos, podemos constatar, uma vez mais, a permanência de valores tradicionais. A afirmação da segunda participante de que sua omissão “fez bem ao casamento, mas não fez bem pra ela” indica que, além de ter internalizado valores antigos, ela sofre a influência dos ideais contemporâneos. Essa participante, assim como a outra, entende que a conduta tradicional que assumiu durante o casamento foi um desacerto que não gostaria de repetir.

Não assumir o papel tradicional, entretanto, também pode ser considerado um erro. O relato abaixo é um exemplo dessa situação.

Eu acho que...o erro que eu não queria cometer é exatamente o de fazer o papel que eu acho que deveria ser do homem, que é o de protetor. (Zilá, 41 anos)

Em outra categoria de análise (p. 81), foi visto que, durante o casamento, essa entrevistada exercia a função de provedora da família. Ela acreditava que, sustentando a casa, estava assumindo o papel social do homem. Em seu relato, ela afirmou que tal situação, contrária às expectativas sociais, contribuiu para o término de seu relacionamento. Conforme já dissemos, a mudança dramática do funcionamento convencional gera tensões que podem levar os casais à separação (MALDONADO, 2000).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou investigar o processo de luto vivenciado pelas mulheres em decorrência do término de suas uniões amorosas, sejam elas oficiais ou consensuais. Para atingir tal objetivo, estudamos especificamente: os sentimentos das mulheres logo após a separação e no momento atual, como se deu o processo de reconstrução da identidade individual nas mulheres separadas, sua relação com os ex-parceiros e suas perspectivas sobre os possíveis desacertos que não gostariam de repetir em outros relacionamentos.

A partir desta pesquisa, pudemos constatar que o processo de luto decorrente da separação amorosa é uma experiência individual. O término de um casamento é vivenciado de maneira única por cada pessoa que se separa e pode provocar diversas reações. Nos relatos das participantes, pudemos verificar que, logo após a separação, podem surgir vários *sentimentos*, tais como: euforia, alívio, tranquilidade, sensação de liberdade, atordoamento, medo, raiva, tristeza, sentimento de abandono. Independentemente de quem deixa e de quem é deixado tais sentimentos podem emergir.

Conforme vimos na primeira categoria de análise, a iniciativa de separação não significa necessariamente ausência de dor, pois sentimentos de alívio podem ser acompanhados de um pesar. Além disso, algumas entrevistadas, impelidas pela descoberta de que seus parceiros tinham uma relação extraconjugal, iniciaram o processo de separação apesar de não terem se preparado para o término do casamento. Para essas mulheres, o período pós-separação foi marcado pela ausência de sentimentos positivos, tendo sido uma vivência de desesperança.

Entre as participantes que tomaram a iniciativa de terminar o relacionamento, a maioria não ficou isenta de vivenciar a dor que uma situação dessas provoca. Apenas uma

entrevistada relatou ter tido somente sentimentos positivos logo após a separação. Quanto àquelas que não tomaram a iniciativa, da mesma forma que as participantes que o fizeram, podiam estar ou não preparadas para o término do casamento.

Refletindo sobre a aceitação do término do casamento, pudemos observar que, para algumas entrevistadas, a separação é uma questão encerrada. A extinção da raiva e a indiferença em relação aos ex-cônjuges apareceram nos depoimentos dessas participantes como sinais da desvinculação. Por outro lado, alguns relatos sobre os sentimentos atuais em relação à separação apontaram para a dificuldade de se elaborar a perda, não do parceiro propriamente dito, mas do casamento em si. Nesta pesquisa, algumas entrevistadas comentaram o pesar que sentem, não por terem perdido o parceiro amoroso, mas pelo fato de não estarem mais na condição de casadas. Para uma das entrevistadas, a perda do casamento significa a perda do sonho de “casar e ser feliz para sempre”.

Quanto às *causas da separação*, a maioria das entrevistadas atribuiu a vários fatores o término do casamento. Entre os fatores citados, encontra-se o da mulher exercendo o papel de provedora. Na terceira categoria de análise, vimos depoimentos em que as participantes afirmaram que sustentavam a casa na época do casamento. Elas acreditavam que, por isso, estavam desempenhando uma função masculina. A partir dessa situação, pudemos perceber a permanência de valores tradicionais.

A infidelidade masculina foi mencionada por algumas entrevistadas como a razão pela qual a separação ocorreu. Nem todas essas entrevistadas, contudo, associaram o desejo de separação à infidelidade dos ex-parceiros. Nesses casos, a traição por parte dos ex-cônjuges apareceu como o motivo da separação, e não como aquilo que explica o desejo de terminar o casamento. Na realidade, essas participantes queriam a separação porque não tinham uma vida sexual ativa com seus companheiros.

Refletindo ainda sobre as causas da separação, pudemos constatar que diferenças de

classe social, de educação e de interesses também apareceram como fatores que contribuíram para o término do casamento. É válido lembrar que essas diferenças podem se intensificar com o passar do tempo. O relato de uma das entrevistadas confirmou tal possibilidade, pois ela declarou que foi se afastando do parceiro devido aos caminhos profissionais distintos que escolheram trilhar, ratificando assim a afirmação de que escolhas profissionais divergentes podem reforçar as diferenças entre os cônjuges.

Nesta pesquisa, as mudanças individuais decorrentes do término do casamento foram também estudadas. Analisamos como se deu o *processo de reconstrução da identidade individual* nas participantes. A partir dos depoimentos, pudemos verificar que, depois da separação, algumas participantes investiram mais em suas carreiras. Elas comentaram que o casamento dificultava seu crescimento profissional, evidenciando que a mulher faz ainda um grande investimento na sua vida familiar.

Com o término do casamento, algumas entrevistadas resgataram aspectos de si mesmas. Nem todas as entrevistadas, no entanto, apresentaram mudanças relativas à reconstrução da identidade individual após o término do casamento. Enquanto uma dessas entrevistadas demonstrou que ainda não está adaptada à nova situação civil, a outra esclareceu que já havia se adaptado antes mesmo da separação.

Quanto à *relação com os ex-parceiros*, um dos relatos confirmou a possibilidade de o vínculo amoroso transformar-se em amizade. Nesse caso, o narcisismo dos ex-cônjuges não foi um empecilho para a sublimação do vínculo conjugal. Os demais relatos, porém, demonstraram que tal situação não corresponde frequentemente à realidade. Analisando os outros depoimentos desta pesquisa, pudemos observar que as participantes não têm uma relação de amizade com os ex-parceiros. Quando se referiam ao relacionamento com o ex-cônjuge, elas falavam sobre distanciamento, cordialidade, ressentimento ou manutenção de determinados aspectos do casamento.

Por último, estudamos as considerações das entrevistadas sobre os *possíveis desacertos que não gostariam de repetir em seus outros relacionamentos*. Conforme foi visto, uma das participantes afirmou que não cometeu nenhum erro durante o período em que permaneceu casada, demonstrando dificuldade em reconhecer a própria parcela de responsabilidade pelo término do casamento. Já as demais participantes reconheceram que contribuíram de alguma forma para a separação.

Entre as condutas percebidas como desacertos pelas participantes, pudemos citar: a idealização do casamento como algo indissolúvel, a dedicação excessiva à vida doméstica e a perda da individualidade como forma de preservar o casamento. Como foi dito anteriormente, tais atitudes já foram consideradas virtudes, constituindo o perfil da mulher burguesa da primeira metade do século XX. Sendo assim, foi possível pensar que o juízo de valor que essas entrevistadas atribuíram às suas atitudes no casamento é uma construção social, sendo determinado pelo momento histórico atual.

Todas as questões abordadas neste trabalho acadêmico contribuem para a investigação do processo de luto vivenciado pelas mulheres em decorrência do término de suas uniões amorosas. É válido ressaltar, no entanto, que esta pesquisa se restringiu às mulheres com filhos, pertencentes às camadas médias da população. Sendo assim, vislumbramos que as pesquisas sobre o luto feminino decorrente da separação amorosa podem ter outros objetos de estudo: as mulheres sem filhos e as mulheres de classes de baixa renda.

Para Kaslow e Schwartz (1995), quando a pessoa separada não tem filhos com o ex-parceiro, sente-se freqüentemente aliviada porque não existem crianças para serem magoadas pela separação. Além disso, os ex-cônjuges não precisam voltar a ter contato e cada um pode construir uma nova vida sem se preocupar com o outro. Quanto às mulheres de camadas de baixa renda, a separação pode significar a perda do status que a presença do homem lhe conferia. Segundo Muszkat e Muszkat (2003), nas famílias de classes sociais desfavorecidas,

o homem corporifica a idéia de autoridade moral, sendo responsável pela respeitabilidade familiar. A partir dessa representação, essas famílias se organizam e negociam seus poderes.

Vislumbramos também estudos que abordem a vivência masculina do processo de dissolução da conjugalidade, uma vez que homens e mulheres percebem o casamento de formas diferentes. De acordo com Féres-Carneiro (2003), enquanto as mulheres entendem o casamento como “relação amorosa”, os homens o concebem como “constituição de família”. Assim, podemos concluir que, apesar de cada pessoa separada vivenciar o término do casamento de forma singular, diferenças de gênero e de classe social interferem nesse processo.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, L. T. O casamento acabou. Viva o casamento: estigma social e sexualidade na cultura brasileira. In: CALLIGARIS, C. (Org.) *O laço conjugal*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 49-64.

ARAÚJO, E. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 45-77.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BASSANEZI, C. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 607-639.

BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: a experiência vivida*, vol. II. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BERTHOUD, C. M. E.; BERGAMI, N. B. B. A família em fase de aquisição. In: CERVENY, C. M. O.; BERTHOUD, C. M. E. (Orgs.) *Família e ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997, p. 47-73.

BOWLBY, J. *Separação: angústia e raiva*, vol. II. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BRASIL, M. A. C. O anel que tu me deste. In: CALLIGARIS, C. (Org.) *O laço conjugal*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999, p. 103-110.

BROMBERG, M. H. P. F. *A psicoterapia em situações de perdas e luto*. Campinas: Livro Pleno, 2000.

BROWN, F. H. A família pós-divórcio. In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.) *As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 321-343.

BUSTOS, D. M. Narcisismo e relação objetal. In: GOMES, P.B. (Org.) *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003, p. 133-138.

CARUSO, I. A. *A separação dos amantes: uma fenomenologia da morte*. São Paulo: Cortez, 1989.

CASELLATO, G. Luto não reconhecido: um conceito a ser explorado. *In: CASELLATO, G. (Org.) Dor silenciosa ou dor silenciada? Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade*. Campinas: Livro Pleno, 2005, p. 19-33.

COSTA, G. P. *Conflitos da vida real*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

COSTA, J. F. *Ordem médica e norma familiar*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004a.

COSTA, J. F. *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004b.

DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2005.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa *In: DEL PRIORE, M. (Org.) História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 223-240.

DOWLING, C. *Complexo de Cinderela*. São Paulo: Melhoramentos, 2002.

DUCATI, D. C. P. O luto pela separação nas relações amorosas. *In: CASELLATO, G. (Org.) Dor silenciosa ou dor silenciada? Perdas e lutos não reconhecidos por enlutados e sociedade*. Campinas: Livro Pleno, 2005, p. 77-94.

FÉRES-CARNEIRO, T. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, T. Separação: o doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia*. Natal, v. 8, n. 3, p. 367-374, 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREYRE, G. *Casa-grande e senzala*. São Paulo: Global, 2006.

FREUD, S. Luto e melancolia. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1917/1996.

FREUD, S. Sobre a transitoriedade. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1916/1996.

GARBAR, C.; THEODORE, F. *Família mosaico*. São Paulo: Augustus, 2000.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIULANI, P. C. Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira. In: DEL PRIORE, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 640-667.

GIUSTI, E. *A arte de separar-se*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

JABLONSKI, B. *Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo*. Rio de Janeiro: Agir, 1998.

KASLOW, F. W.; SCHWARTZ, L. L. *As dinâmicas do divórcio: uma perspectiva de ciclo vital*. Campinas: Editorial Psy, 1995.

KEHL, M. R. Casamentos sucessivos. In: TV CULTURA (Org.) *Café filosófico: crise e criação – as relações pessoais, os sentimentos e a vida cotidiana*. (s/d)

KOVÁCS, M. J. *Morte e desenvolvimento humano*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992.

KÜBLER-ROSS, E. *Sobre a morte e o morrer*. São Paulo: Martins fontes, 1998.

MALDONADO, M. T. *Casamento término e reconstrução: o que acontece antes, durante e depois da separação*. São Paulo: Saraiva, 2000.

MATARAZZO, M. H. *Encontros, desencontros e reencontros*. São Paulo: Editora Gente, 1996.

MEZAN, R. Adão e sua costela: busca da felicidade e crise atual no casamento. In: GOMES, P.B. (Org.) *Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003, p. 159-171.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MUSZKAT, M.; MUSZKAT, S. Permanência na diversidade: um estudo sobre a conjugalidade nas classes de baixa renda. *In: GOMES, P.B. (Org.) Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003, p. 109-131.

NASIO, J.-D. *O livro da dor e do amor*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

NAFFAH NETO, A. Casamentos monogâmicos seqüenciais: organização psíquica do casal e dos filhos. *In: GOMES, P.B. (Org.) Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003, p. 45-56.

PAPP, P. Prisioneiros do papel sexual. *In: ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; SACCU, C. (Orgs.) O casal em crise*. São Paulo: Summus, 1995, p. 147-154.

PECK, J. S.; MANOCHERIAN, J. R. O divórcio nas mudanças do ciclo de vida familiar *In: CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. (Org.) As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. Porto Alegre: Artmed, 1995, p. 291-320.

PERROT, M. Figuras e papéis. *In: PERROT, M. (Org.) História da vida privada*, vol. IV. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PORCHAT, I. Pensando a dor da separação conjugal. *In: PORCHAT, I. (Org.) Amor, casamento, separação: a falência de um mito*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 103-126.

POSTER, M. *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

RAMOS, M. Novas parcerias, novos conflitos. *In: GOMES, P.B. (Org.) Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003, p. 57-75.

ROSSI, C. Os novos vínculos conjugais: vicissitudes e contradições. *In: GOMES, P.B. (Org.) Vínculos amorosos contemporâneos: psicodinâmica das novas estruturas familiares*. São Paulo: Callis, 2003, p. 77-108.

THERBORN, G. *Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000*. São Paulo: Contexto, 2006.

TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.

VAITSMAN, J. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VIORST, J. *Perdas necessárias*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

WALLERSTEIN, J. S.; KELLY, J. B. *Sobrevivendo à separação*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ANEXOS

ANEXO I: Dados sócio-demográficos e roteiro da entrevista

Dados sócio-demográficos

1. Idade
2. Nível de escolaridade
3. Formação profissional
4. Bairro onde reside
5. Duração do casamento
6. Número de filhos

Roteiro da entrevista

1. Há quanto tempo você está separada?
2. Você e seu ex-parceiro têm filhos em comum?
3. De quem partiu a iniciativa de separação?
4. Você queria a separação?
5. Por que razões você acredita que a separação ocorreu?
6. Como você se sentiu logo após a separação?
7. No momento atual, como você se sente em relação à separação?
8. O que mudou na sua vida depois da separação?
9. Quais os desacertos que você não gostaria de repetir em outros relacionamentos?
10. Atualmente, como é a sua relação com seu ex-parceiro?

ANEXO II: Termo de consentimento livre e esclarecido

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO – PROPESP
MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da pesquisa – **O término do casamento: o luto feminino decorrente da separação**

Eu,....., dou meu consentimento livre esclarecido para minha participação como voluntária da pesquisa supracitada, sob a responsabilidade da pesquisadora Cristina Maria de Souza Brito Dias, professora da Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP.

Assinando este Termo de Consentimento estou ciente de que:

O objetivo da pesquisa é investigar o processo de luto vivenciado pelas mulheres em decorrência do término de suas uniões amorosas, sejam elas oficiais ou consensuais.

Os objetivos específicos são:

Identificar os sentimentos das mulheres logo após a separação e no momento atual;

Compreender como se deu o processo de reconstrução da identidade individual nas mulheres separadas;

Analisar a relação das mulheres separadas com seus ex-parceiros;

Verificar as considerações das mulheres em relação aos possíveis desacertos que não gostariam de repetir em outros relacionamentos.

Os Instrumentos da pesquisa são:

Entrevistas, compostas de 10 perguntas, que abordam questões relacionadas ao tema da pesquisa, assim como dados pessoais das participantes.

Fui informada de que a entrevista será realizada no meu domicílio ou em algum espaço disponível no meu local de trabalho. Estou ciente de que as informações necessárias e relevantes para a pesquisa serão escritas e gravadas mediante meu consentimento. A decisão de participar do estudo fica a meu critério, uma vez que fui informada do conteúdo do trabalho de maneira clara e objetiva.

Estou ciente de que os resultados gerais da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos expostos acima, sendo assim registrados na literatura científica especializada. Na

publicação dos resultados do trabalho, serão mantidos em sigilo os dados pessoais e informações outras que possam identificar o sujeito entrevistado. A participação na pesquisa não envolve custo financeiro, isto é, pagamento e recebimento de dinheiro.

A partir das informações obtidas, posso decidir conscientemente sobre a minha participação nesta pesquisa.

Estou ciente e livre para interromper a qualquer momento minha participação na pesquisa.

Poderei contatar o Comitê de Ética da UNICAP para apresentar recursos ou reclamações em relação à pesquisa através do telefone 2119 4000, onde serão tomadas as providências necessárias.

Rio de Janeiro, de.....2007

Voluntário..... RG.....

Pesquisador.....